

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

EDITAL

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob n.º 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette s/nº – Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-911, com a devida autorização do Presidente Senhor Alexandre Maranhão Khury e do Primeiro Secretário Senhor Aldino Jorge Bueno, expedida no Protocolo n.º 07147-98.2025, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO: 004/2026</p> <p>CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO GLOBAL</p> <p>(OBEDECENDO A UMA REDUÇÃO ANUAL DECRESCENTE PARA O PERÍODO CONTRATUAL DE 05 ANOS, CONFORME CLÁUSULA 13.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA.)</p> <p>LOTE ÚNICO AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>Nº DA LICITAÇÃO COMPRAS.GOV: 90004/2026</p> <p>UASG: 930285</p>	<p>Acolhimento/Abertura Início da sessão / disputa de lances 09h 30min do dia 16/03/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p> <p>O recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço http://www.comprasnet.gov.br/, conforme datas e horários definidos acima.</p> <p>ATENÇÃO: Recomenda-se a leitura atenta da nota explicativa constante do ANEXO IV - MODELO CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO.</p>
<p>1 OBJETO:</p> <p>1.1. A contratação de empresa especializada para a aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista, contemplando o fornecimento de energia proveniente de fontes incentivadas especiais (I5) (50%), bem como serviços especializados de gestão, para atendimento às unidades consumidoras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.</p> <p>1.1.1 Define-se a vigência inicial de 60 (sessenta) meses, justificada pela natureza contínua e regulada do serviço (art. 106 da Lei nº 14.133/2021). Prevê-se, ainda, a possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite legal de 10 (dez) anos (art. 107), condicionada ao atendimentos dos requisitos legais.</p> <p>1.2. O escopo abrange também o suporte técnico regulatório, gestão de faturas, relatórios de consumo, previsões de mercado e demais serviços correlatos indispensáveis ao fornecimento e à administração eficiente da energia adquirida.</p> <p>1.3 Da Modalidade de Fornecimento (Alocação pela Carga): Optou-se pela contratação na modalidade de "Alocação pela Carga" (ou Alocação pela Medição). Nesta modalidade, transfere-se à Contratada o risco</p>	

da oscilação de consumo e a responsabilidade pelo lastro integral da demanda verificada nas referidas unidades consumidoras.

1.4 Da Flexibilidade e Sazonalidade

1.4.1 Flexibilidade: A flexibilidade será de 100% (Integral) sobre o montante consumido. Não haverá aplicação de limites mínimos ou máximos de consumo vinculados à estimativa inicial (vedação ao take-or-pay), sendo a flexibilidade limitada exclusivamente pela capacidade física de conexão (cabos/transformadores) das unidades junto à distribuidora local.

1.4.2 Sazonalidade: Dispensa-se a Administração da obrigação de realizar sazonalização prévia (definição antecipada de volumes mensais). A sazonalidade contratual será considerada idêntica à curva de carga efetivamente verificada mês a mês nas UCs.

1.5. Da Sustentabilidade e Rastreabilidade (I-REC) Para comprovação da origem renovável da Fonte Incentivada I5, a Contratada deverá emitir e apresentar Certificados de Energia Renovável (I-REC) em nome da ALEP, em quantidade correspondente ao volume total de energia incentivada consumida durante a vigência contratual.

1.6. Do Faturamento e Perdas (Preço Flat) O faturamento será realizado com base na medição física ("Relógio") das unidades consumidoras 59079401 e 21542708. A Contratada deverá absorver no preço unitário todos os custos de perdas regulatórias, diferenças de medição até o Centro de Gravidade (*gross-up*) e encargos setoriais, sendo vedada a cobrança apartada desses itens.

1.7. Da Composição Tributária: Os preços ofertados deverão contemplar todos os tributos incidentes sobre o objeto contratado (tais como PIS e COFINS), exceto o ICMS, devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador.

1.8. Dos Encargos Setoriais e CCEE Confirmando o modelo de preço "Flat", a Contratada será integralmente responsável pelo pagamento e adimplência de todos os encargos associados à operação na CCEE, incluindo, mas não se limitando a: Encargos de Serviços do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER), liquidações financeiras de MCP (Mercado de Curto Prazo) e Contribuições Associativas à CCEE. Tais custos não poderão ser repassados à Contratante.

1.9. Da Responsabilidade da Distribuidora (Conexão Física) A entrega física da energia no ponto de medição permanece sob responsabilidade exclusiva da Concessionária de Distribuição local, regida pelo Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD).

1.10 Atualmente, as duas unidades consumidoras objeto da presente contratação - UCs nº 59079401 e nº 21542708.- já se encontram devidamente migradas e ativas no ACL, sob a modalidade varejista.

Seguem os dados técnicos das unidades, conforme faturas da COPEL vigentes:

Subnível de tensão A4 Poder Público / Ppe-Adm Pública em Geral Trifásico – UC 21542708

Subnível de tensão A4 Poder Público / Ppe-Adm Pública em Geral Trifásico / 42A – UC 59079401

1.11 Não há previsão de aumento de carga ou novas migrações durante a vigência contratual. Eventuais variações de consumo serão absorvidas pela flexibilidade contratual prevista (100% de

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

modulação conforme consumo real).

1.12 Nenhuma das unidades consumidoras vinculadas à Assembleia Legislativa possui atualmente sistemas de Geração Distribuída (GD), tampouco há previsão de implantação dessa modalidade no escopo da presente contratação. Assim, o atendimento à demanda energética ocorrerá integralmente por meio do fornecimento contratado no ACL, em conformidade com as especificações e critérios estabelecidos no edital.

1.13. DA TRANSIÇÃO ENTRE FORNECEDORES E INÍCIO DO SUPRIMENTO:

1.13.1. Considerando a existência de contrato vigente de fornecimento no ACL, o início da execução observará a seguinte dinâmica de sucessão:

a) Marco Administrativo (Imediato): Inicia-se na data de assinatura do contrato. A partir deste momento, a CONTRATADA deverá iniciar os trâmites regulatórios de "Troca de Representação" na CCEE, coordenando-se com a atual fornecedora para garantir a cessão da carga.

b) Marco de Suprimento (Físico e Financeiro): O fornecimento efetivo de energia e a respectiva obrigação de pagamento terão início, impreterivelmente, às **00:00 horas do primeiro dia do mês civil subsequente** ao término da vigência ou rescisão do contrato atual da ALEP.

1.13.1.1 O intervalo compreendido entre a assinatura do contrato e o início do suprimento físico e financeiro não poderá exceder o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação das medidas contratuais cabíveis.

1.13.2. Ajuste de Cronograma: A data de início do suprimento deverá ser ajustada entre as partes para assegurar a continuidade do serviço, vedando-se qualquer sobreposição de vigências (pagamento em duplicidade) ou hiato contratual (exposição ao mercado de curto prazo).

1.13.3. O período de intervalo entre a assinatura e o início do suprimento destina-se exclusivamente à modelagem e adequação regulatória, não gerando ônus financeiro à CONTRATANTE antes da efetiva entrega da energia.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório será **de R\$ 2.146.288,89 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**, considerando também como valores máximos admitidos os preços unitários e totais de cada item/lote constante do Termo de Referência – Anexo I.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias **01.01.8000.3390.3943 – Serviços de Energia Elétrica**, do Orçamento Próprio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de compras do Governo Federal – Compras.gov.br**.

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será **exclusivamente por meio eletrônico**, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

O Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº – Centro Cívico, Curitiba/PR, na Diretoria de Apoio Técnico - Coordenadoria de Suprimentos, 4º andar do Prédio Administrativo ou no sítio da ALEP – Portal da Transparência <http://transparencia.assembleia.pr.leg.br/> no link “Compras e Licitações”, bem como no endereço <http://www.comprasnet.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Joelson Junior Araujo Barros, matrícula nº 204427, designado pelo Ato da Comissão Executiva nº. 316/2025, publicado no Diário Eletrônico Oficial da Assembleia nº 3264, 20ª Legislatura, de 10 de outubro de 2025, sendo responsável pela elaboração do edital o servidor Pedro Guerreiro Di Chiara, matrícula nº 1041273 e, pela revisão do Edital o servidor Guilherme Luis Hack Lamy, matrícula nº 1041299.

E-mail: licitacao@assembleia.pr.leg.br

Telefones: (41) 3350-4303 / 4003.

Endereço: Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº - Centro Cívico, na cidade de Curitiba/PR, Diretoria de Apoio Técnico – Coordenadoria de Suprimentos, 4º andar do Prédio Administrativo.

- O atendimento será feito 2ª a 6ª feiras, no horário compreendido das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 18h00min.

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor> ou pelo endereço eletrônico licitacao@assembleia.pr.leg.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser registradas, exclusivamente, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, observando as regras dispostas no item 11 das Condições Gerais deste Edital.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados com o

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

responsável pela condução do pregão.

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

A licitação será regida pela Lei Federal, nº 14.133/2021, Decreto Estadual 10.086/2022, pela Lei Complementar Estadual n.º 163/2013, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Ato da Comissão Executiva de nº 1826/2023 desta Assembleia Legislativa, e demais leis estaduais e federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Não será admitida proposta final acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados acima de **R\$ 2.146.288,89 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**.

Não será admitida proposta final acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. CRITÉRIO DE DISPUTA E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

2.1 Na fase de disputa, o critério de julgamento será o **maior desconto global** (MAIOR DESCONTO GLOBAL PARA O PERÍODO CONTRATUAL DE 05 ANOS, OBEDECENDO A REDUÇÃO ANUAL DECRESCENTE, CONFORME CLÁUSULA 13.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA).

2.1. O critério de julgamento será o **MAIOR DESCONTO GLOBAL** para o período contratual de 60 (sessenta) meses.

2.2. O valor máximo aceitável para a contratação é R\$ 2.146.288,89 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

2.3. Da Obrigatoriedade da Redução Anual Decrescente: Em consonância com a estimativa de preços de mercado disposta no item 1.3 deste Termo de Referência, a proposta da licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar preços unitários (R\$/MWh) decrescentes ano a ano.

2.4 Nos valores propostos (R\$/MWh e Global) já estarão inclusos, sem destaque, todos os custos, encargos (incluindo ESS, EER e ERCAP e outros setoriais/regulatórios – tais como CDE, TFSEE, CA – Contribuição Associativa da CCEE), tributos (PIS/COFINS e outros de natureza estadual, federal e municipal, exceto ICMS) e despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento de energia no ACL (mercado livre de energia, devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador).

2.5. A disputa de lances ocorrerá pelo Valor Global dos 60 meses. Após o encerramento da disputa, a licitante vencedora deverá apresentar a Planilha de Custos readequada (Proposta Final), ajustando os

valores unitários de cada ano proporcionalmente ao desconto ofertado, mantendo a lógica da curva decrescente.

2.6 Para fins de ICMS deverá ser considerado o valor de R\$ 0,00, que já vem sendo praticado nas faturas vigentes, sendo ônus do licitante consultar o Portal da Transparência da ALEP (<https://transparencia.assembleia.pr.leg.br/compras-e-licitacoes/suprimentos/licitacoes>) e consultar as últimas faturas de distribuição (Pregão 003/2026) para melhor precificar sua proposta.

2.7 Para a elaboração da proposta de preços, a LICITANTE deverá considerar em seus cálculos de custo todos os fatores de majoração de volume entre a medição na unidade consumidora e a liquidação no Centro de Gravidade (gross-up), incluindo Perdas da Rede Básica e eventuais Perdas na Rede de Distribuição, bem como os encargos setoriais incidentes sobre o consumo (como o PROINFA).

2.8 Do Faturamento: Fica expressamente vedado o repasse ou cobrança em rubrica apartada na fatura. O faturamento mensal incidirá exclusivamente sobre a energia efetivamente medida (relógio) nas unidades consumidoras. Entende-se que o preço licitado já remunera a Contratada pelo fornecimento do montante bruto necessário (lastro + perdas + encargos), não cabendo pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em razão de oscilações nos percentuais de perdas regulatórias ou cotas do PROINFA durante a vigência contratual.

2.9 Embora a liquidação financeira no setor elétrico ocorra pelos dados contabilizados na CCEE (Medição + Perdas), optou-se contratualmente pelo faturamento com base na Medição na Unidade Consumidora (Relógio). Essa modelagem transfere a complexidade e o risco da variação das perdas para a precificação do Fornecedor, garantindo que a Administração pague apenas pela energia efetivamente usufruída, simplificando a conferência das faturas e a gestão orçamentária.

2.10 DA FORMAÇÃO DO PREÇO (MODALIDADE FLAT E ENCARGOS)

2.10.1. **Modalidade "Flat" com Perdas Inclusas:** O preço ofertado (R\$/MWh) deve ser final e totalmente omnicompreensivo, ou seja, já deve absorver integralmente os custos e riscos associados a essas perdas regulatórias e encargos.

2.10.2 A Licitante deve considerar em seus custos todos os fatores de majoração de volume (gross-up) entre a medição na unidade consumidora e a liquidação no Centro de Gravidade, incluindo Perdas da Rede Básica, Perdas na Rede de Distribuição e encargos setoriais (como PROINFA, ESS, EER, ERCAP), entre outros.

2.10.3 É expressamente vedado o repasse ou cobrança em rubrica apartada na fatura a título de perdas ou encargos da CCEE. **O faturamento será realizado exclusivamente sobre a Medição na Unidade Consumidora ("Relógio").**

2.10.4 Do Valor do RETUSD: Para fins de isonomia na elaboração das propostas, todas as licitantes deverão considerar o valor fixo de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por MWh para o RETUSD (Ressarcimento de Encargos de TUSD/TUST). 3.2.1. Este valor é fixo para fins contratuais e de ressarcimento, não sendo passível de alteração na proposta comercial.

2.10.5. Tributos: Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos (PIS, COFINS, etc.), exceto o ICMS, que deverá ser cotado como R\$ 0,00 (zero), considerando a imunidade recíproca/isenção

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

aplicável ao órgão ou a sistemática de diferimento, conforme legislação estadual vigente, devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador.

2.11 Os custos com eventual necessidade de adequação, troca de equipamentos, obras de alvenaria ou qualquer outra solicitação para adequação da infraestrutura das cabines de medição das unidades consumidoras (UC), caso o licitante julgue necessário, devem estar inclusos no preço global ofertado, correndo por sua conta e risco. Conforme já informado, as unidades já se encontram migradas para o ACL, não havendo previsão de adequação.

2.12 Caso entenda pela necessidade de tal informação, faculta-se aos licitantes realizar vistoria nas instalações elétricas da ALEP, conforme disposto neste edital (item 5 – Vistoria Técnica).

Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo IV), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4. PROPOSTA PARCIAL:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial, pois a divisão em múltiplos itens comprometeria a execução do serviço, afetando diretamente sua efetividade e eficiência, tornando-se, portanto, tecnicamente inviável.

5. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Não será exigida a prestação de garantia para execução contratual, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14133/2021, considerando a natureza do objeto.

6. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea "b" do inciso V do art. 40, da Lei n.º 14.133/2021. Contudo a divisão do objeto, técnica e economicamente não se mostra viável para este tipo de contratação, visto de tratar-se de solução integrada e completa por um objeto único - por se tratar de serviço especializado regulado pelo setor elétrico, conforme item 7 do Termo de Referência.

Ademais, o conjunto dos serviços de gestão cumulados com o fornecimento de energia no mercado livre é um complexo de serviços único e indivisível, cuja divisão, se possível, implicaria em prejuízos para a funcionalidade aguardada.

O parcelamento poderia comprometer a eficiência operacional e administrativa, além de potencializar riscos de inconsistências e dificuldades na gestão e fiscalização contratual. Portanto, a solução unificada é considerada a mais eficiente e eficaz, garantindo continuidade e qualidade na prestação dos serviços.

Portanto, em razão das características do serviço, verifica-se a impossibilidade de aplicação da Lei nº 123/06 no que é pertinente à reserva de cota para participação de Empresas de Pequeno Porte e Microempresas.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

7. ANEXOS:

1. ANEXO I - Termo de Referência (Condições Gerais, Especificações e Quantitativos).
2. ANEXO II - Modelo de declaração de inexistência de empregados menores no quadro da empresa empregadora.
3. ANEXO III - Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação.
4. ANEXO IV - Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital.
5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de que não possui vedações legais decorrentes do exercício de cargos públicos e de inexistência de grau de parentesco impeditivo.
7. ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato.
8. ANEXO VIII - Declaração LGPD.
9. ANEXO IX - Declaração do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.
10. ANEXO X – Atestado de visita técnica.
11. ANEXO XI – Declaração de responsabilidade.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <http://www.comprasnet.gov.br/>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas do Governo Federal.
- 1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 1.4. É pregoeiro desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: o Sr. Joelson Junior Araújo Barros, matrícula nº 3024427, designado pelo Ato da Comissão Executiva nº. 316/2025, publicado no Diário Eletrônico Oficial da Assembleia nº 3264, 20ª Legislatura, de 10 de outubro de 2025.
- 1.5. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página <http://www.comprasnet.gov.br/>.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 1.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 1.7. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.comprasnet.gov.br/>, conforme datas e horários definidos em edital.
- 1.8. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou pretenso licitante poderá impugnar este ato convocatório, de acordo com o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.9. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Diário Eletrônico Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (DOA), acessível no sítio eletrônico: www.documentos.dioe.pr.gov.br e disponibilizados também no sítio da ALEP – Portal da Transparência <http://transparencia.assembleia.pr.gov.br/> no link “Compras e Licitações”, bem como no endereço: <https://www.comprasnet.gov.br/>.
- 1.10. O Edital e seus Anexos podem ser obtidos no sítio da ALEP – Portal da Transparência <http://transparencia.assembleia.pr.gov.br/> no link “Compras e Licitações”, bem como no endereço: <https://www.comprasnet.gov.br/>.
- 1.11. O expediente desta repartição se dará de 2ª a 6ª feiras, no horário compreendido das 09h00min às 12h00min – 13h00min às 18h00min.
- 1.12. O(s) servidor(es) responsável(is) pela referida licitação será(ão): Joelson Junior Araújo Barros, matrícula nº 3024427 (Pregoeiro), Pedro Guerreiro Di Chiara, matrícula nº 1041273 (responsável pela elaboração do edital) e Guilherme Luis Hack Lamy, matrícula nº 1041299 (responsável pela revisão) – email: licitacao@assembleia.pr.leg.br, fone: (41) 3350-4303.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar da licitação pessoas físicas ou jurídicas com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação, desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos neste edital, seus anexos e legislação em vigor.
- 2.2. Os interessados deverão efetuar seu cadastro para apresentação de propostas no sistema de compras do Governo Federal e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 4.258, de 2023.
 - 2.2.1. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.
 - 2.2.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ou ao sistema de compras eletrônicas do Governo Federal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e posteriormente, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 2.4 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 2.5 Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
- 2.5.1 Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.5.2 Aqueles impedidos de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.5.3 Aqueles declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta com fulcro no inciso IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.5.4 Aqueles que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.5.3, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2.5.5 Aqueles que tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.5.4;
- 2.5.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.7 O servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
- 2.5.8 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 2.5.9 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 2.5.10 Sociedades empresárias (ou pessoas jurídicas) que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto aquelas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e aquelas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- 2.5.11 Aquelas constituídas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição. Trata-se de escolha discricionária da Administração, uma vez que, em razão do objeto comum e da existência de várias empresas do ramo atividade no mercado, não se vislumbra a necessidade de permissão de consórcios - cabíveis apenas em casos de objeto de alta complexidade visando ampliar a competitividade.
- 2.5.12 Cooperativa de mão-de-obra, em consonância com art. 5º da Lei nº 12.690/2012;
- 2.5.13 Sociedades estrangeiras que não funcionem no país.
- 2.6 A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, à observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, bem como da legislação em vigor.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 2.7 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

- 3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- 3.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
- 3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada através de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no Edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no Edital **(É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE)**.
- 3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no Edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 3.3 Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 3.4 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 3.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;
- 4.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, inclusive encargos e tarifas do setor elétrico.
- 4.3.1. O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 4.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 4.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 4.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.
- 4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços/produtos, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.10. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. VISTORIA TÉCNICA

- 5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo obrigatória a realização de vistoria técnica no local, prévia à licitação.
- 5.2. A vistoria poderá ser realizada até 01 (um) dia antes da data marcada para a abertura da licitação e deverá ser agendada, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, junto à Coordenadoria Técnica de Engenharia e Arquitetura, pelo telefone (41) 3350-4005;
- 5.2.1. A vistoria do local será agendada individualmente, com cada uma das licitantes (Resolução 114/2010, art. 17, do CNJ).

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 5.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.2.3. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 09:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 18:00hs.
- 5.2.4. Para a vistoria, o representante da licitante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua designação para a realização da vistoria;
- 5.2.5. O Representante da empresa somente poderá realizar vistoria para uma única empresa;
- 5.3. Na ocasião da vistoria será emitido TERMO DE VISTORIA, atestando que a vistoria foi efetuada;
- 5.4. A vistoria técnica prévia poderá ser suprida por DECLARAÇÃO formal da licitante, assinada por Responsável Técnico ou Representante Legal da licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes. Caberá à contratada assumir integral responsabilidade pela adequada precificação de sua proposta e pela execução do objeto nos termos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. **O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.**
 - 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1. Para efeito de lances será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO e considerado o **MAIOR DESCONTO GLOBAL** para o respectivo Lote Único, **sendo vedada a identificação do licitante, devendo ser observada a previsão de valores anuais**

decrecentes e demais disposições do edital e Termo de Referência.

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).**
- 6.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), **vedada a identificação do licitante.**
- 6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. O Critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO GLOBAL PARA O PERÍODO DE 05 ANOS, OBEDECENDO A UMA REDUÇÃO ANUAL DECRESCENTE, CONFORME CLÁUSULA 13.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.**
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 6.20. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.21. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.22. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.29. **O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
 - 6.29.1. No percentual proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, setoriais/regulatórios, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e tarifas, fretes, seguros, materiais, custos inerentes à aquisição, transporte e armazenamento, não cabendo a Assembleia Legislativa do Paraná quaisquer custos adicionais.
- 6.30. Recebidos os documentos, o pregoeiro examinará o descritivo da(s) proposta(s) e as condições de habilitação do arrematante.
- 6.31. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.29.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 6.32. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. As propostas que atenderem as especificações do Edital serão classificadas de acordo com o **MAIOR DESCONTO GLOBAL PARA O PERÍODO DE 05 ANOS, OBEDECENDO A UMA REDUÇÃO ANUAL DECRESCENTE, CONFORME CLÁUSULA 13.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.**
- 7.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital, com preço (s) em desacordo com o critério de aceitabilidade fixado no Edital ou com preço (s) manifestamente inexequível (is), comparado (s) aos preços de mercado.
- 7.2.1. Não serão aceitas as propostas acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.
- 7.3. Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, às microempresas e empresas de pequeno porte, que declararem e comprovarem regularmente essa condição.
- 7.4. Decairá do direito do benefício de que trata o item acima a licitante que não se identificar como microempresa ou empresa de pequeno porte no campo próprio do sistema de compras eletrônicas.
- 7.5. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.7. **Consideram-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme Acórdão 963/2024-TCU-Plenário.**
- 7.8. **Ainda que a proposta apresentada se situe em patamar superior ao previsto no item anterior, fica facultado ao pregoeiro diligenciar para aferir a exequibilidade da proposta realizada.**
- 7.8.1. Caso deflagradas as hipóteses de que tratam os itens 7.7 e 7.8 acima expostos, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a Administração poderá determinar que o licitante demonstre, por meio de planilhas e outros documentos, que os preços constantes de sua proposta estão fundamentados nos custos de mercado dos insumos e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto a ser contratado.
- 7.8.2. Na hipótese de que trata o subitem acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.
- 7.8.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 7.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.
- 7.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.13. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.14. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.14.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA DEFINITIVA

- 8.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o valor final da disputa, conforme modelo do **Anexo IV**, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado ou com o carimbo do CNPJ, assinada na última folha e rubricada nas demais, ou assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido no Edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo da licitante, **a descrição e características do produto oferecido para cada item e/ou lote da licitação (com indicação de informações que possibilitem a verificação de atendimento dos requisitos do edital)**; o valor global, os preços unitários

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

e globais por item e/ou lote (caso houver), cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no Edital.

- 8.1.1. Na proposta definitiva, a empresa melhor classificada deverá apresentar a readequação **de cada item da planilha constante do Item 1 do Termo de Referência ao novo valor proposto**, considerando, inclusive a possibilidade de o lote contemplar vários itens ou produtos.
- 8.1.2. **Considerando o critério de adjudicação previsto (maior desconto global), a proposta deverá englobar os 05 anos de duração do contrato (lote único), obedecendo a uma redução anual decrescente nos valores a cada ano, conforme cláusula 13.1 do TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 8.1.3. A redução decrescente descrita – e os valores contidos no Termo de Referência - devem ser entendidos como um **parâmetro de preço máximo aceitável (teto)**.
- 8.1.4. **A proposta vencedora deve demonstrar a compatibilidade da sua oferta com os preços de referência (anual e decrescente). Tal estrutura de preços deverá ser formalizada na proposta final (Anexo IV).**
- 8.1.5. **Em caso de divergência entre o descritivo do item cadastrado no sistema eletrônico de compras do Governo Federal e o do Termo de Referência, prevalece o descritivo do Termo de Referência.**
- 8.2. Para fins de análise prévia da readequação, após o encerramento da etapa competitiva, a licitante que tiver ofertado o maior desconto será convocada para encaminhar a proposta de preços digitalizada em campo específico no sistema.
- 8.3. A proposta escrita deverá conter:
- 8.3.1. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional (Real), em algarismo e por extenso, com apenas duas casas decimais (R\$ 0,00);
- 8.3.2. Especificação completa do objeto oferecido, contendo informações técnicas completas que possibilitem a sua identificação e avaliação, em conformidade com o **Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital;
- 8.3.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os insumos, tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, regulatórios/setoriais, trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, bem como frete e seguro, e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto. Os valores dos impostos já deverão estar incorporados e somados ao valor do produto ou destacados, em especial com os seguintes pontos;
- A. Os licitantes deverão ofertar lances com o desconto global total para o período de sessenta (60) meses.
- A1 - A proposta final deverá detalhar os valores unitários anuais (R\$/MWh), de forma que se obedeça à redução anual decrescente, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I.
- B. Nos valores propostos (R\$/MWh e Global) já estarão inclusos, sem destaque, todos os Custos e Encargos (incluindo ESS, EER, ERCAP e outros setoriais/regulatórios – tais como CDE, TFSEE, CA – Contribuição Associativa da CCEE), Tributos (PIS/COFINS e outros de natureza estadual, federal e municipal, **exceto ICMS**), devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- B1 - Devem ser consideradas todas as despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento de energia no ACL (mercado livre de energia).
- C. Para fins de ICMS deverá ser considerado o valor de R\$ 0,00, que já vem sendo praticado nas faturas vigentes.
- D. É ônus do licitante consultar o Portal da Transparência da ALEP (<https://transparencia.assembleia.pr.leg.br/compras-e-licitacoes/suprimentos/licitacoes>) e as últimas faturas de distribuição (Pregão 003/2026) para melhor precificar sua proposta.
- E. As perdas elétricas associadas à Rede Básica (estimadas em aproximadamente três por cento) já deverão estar inteiramente consideradas na formação dos preços unitários (R\$/MWh) e total ofertados. Essas perdas não devem ser acrescidas ou destacadas à parte no preço ou faturamento.
- F. Para fins do presente edital, deverá ser considerado o valor usual de mercado da RETUSD, ou seja, R\$ trinta e cinco reais (35,00) por MWh.
- G. Os custos com eventual necessidade de adequação, troca de equipamentos, obras de alvenaria ou qualquer outra solicitação para adequação da infraestrutura das cabines de medição das unidades consumidoras (UC), caso o licitante julgue necessário, devem estar incluídos no preço global ofertado, correndo por sua conta e risco.
- H. As unidades já se encontram migradas para o ACL, não havendo previsão de adequação. Para auxiliar os licitantes, juntam-se fotos das instalações elétricas da ALEP no portal da transparência.
- I. Caso entenda pela necessidade de tal informação, faculta-se aos licitantes realizar vistoria nas instalações elétricas da ALEP, conforme disposto neste edital (item cinco – Vistoria Técnica).
- 8.3.4. O prazo de validade que não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta dias) contados da data estipulada para a abertura do presente certame. Se por falha da licitante a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 180 (cento e oitenta dias) independentemente de qualquer outra manifestação.
- 8.4. A apresentação da proposta implicará no conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus anexos.
- 8.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da contratação e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 8.6. As empresas beneficiadas do disposto no Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto da isenção fiscal.
- 8.7. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no Edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no Edital, o pregoeiro desclassificará a proposta.
- 8.8. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

- 8.9. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 9.1.3. Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual (<http://www.fazenda.pr.gov.br/Pagina/Consulta-ao-Cadin>); e
- 9.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).
- 9.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.5. **Encerrada a disputa, o arrematante anexará em campo próprio no sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os documentos de habilitação constantes no item 10 deste Edital.**
- 9.6. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.
- 9.7. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preços, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.1.1. Documentação de constituição da licitante, comprovando data de constituição, localização da sede, objeto social, prazo de duração da sociedade, indicação dos diretores ou sócios-gerentes (sócio administradores) e respectivos poderes de representação na forma de um dos seguintes documentos:

- a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) em se tratando de microempreendedor individual –MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização ou equivalente, acompanhado do ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) **os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial.**

- 10.1.2. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou outro documento equivalente, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, Anexo II, Capítulo II, Seção I, Item 6.2, Nota II (A comprovação do enquadramento/reenquadramento ou desenquadramento como de microempresa ou empresa de pequeno porte será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial).

- 10.1.3. No caso de microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido por meio do Portal do Empreendedor e/ou Certidão das informações constantes do seu cadastro sobre microempreendedor individual, expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 105, da Instrução Normativa nº 1, de 2024, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

10.2 PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consiste na apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.2 Caso o licitante detentor do maior desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3 PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial **expedida pelo distribuidor da sede** da pessoa jurídica, inclusive empresário individual (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.3.2.1. Serão considerados e aceitos, na forma da lei os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis que atendam as seguintes exigências:

10.3.2.1.1. **Quando se tratar de empresas S/A:** Publicação do Diário Oficial e/ou jornais de grande circulação contendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (Lei nº 6404/76 e demais normas aplicáveis), sendo que as de Capital Aberto deverão, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor (es) independente (s).

10.3.2.1.2. **Quando se tratar de empresas de outra forma societária: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE** acompanhados das cópias dos Termos de abertura e encerramento, extraídos do Livro Diário, (Art.5º, § 2º do Decreto Lei nº 486/69), devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente.

10.3.2.1.3. **Quando se tratar de empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital – ECD (Decreto nº 6.022/2007 e demais normas aplicáveis):** Termo de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, e Recibo de entrega da ECD, **extraídos do Livro Diário e retirados do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.**

10.3.2.1.4. **Quando se tratar de ME-EPP-MEI optantes pelo Simples Nacional:** Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e demais demonstrações contábeis.

10.3.2.1.5. Caso não possua balanço patrimonial, a depender da complexidade e/ou do valor do item/lote, a critério do pregoeiro, poderá ser admitida Declaração Anual de Faturamento – DASN ou Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), conforme Lei Complementar nº 123/2006.

10.3.2.2. Identificação e assinaturas legíveis do proprietário e/ou responsável pela administração da empresa; Identificação e assinaturas legíveis do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

10.3.2.3. **No caso de empresas recém-constituídas que não dispuserem do primeiro balanço patrimonial, para comprovação da qualificação econômico-financeira poderá ser admitido termo de abertura do balanço e os balanços mensais, a fim de possibilitar a avaliação da situação financeira.**

10.3.2.4. Os documentos referidos acima deverão observar o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, quando aplicável.

10.3.3. A comprovação da situação financeira da licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores ou iguais a 1, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Onde: LG = Liquidez Geral

LC = Liquidez Corrente

SG = Solvência Geral

- 10.3.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou lote/item pertinente, por meio do Balanço Patrimonial do último exercício social.
- 10.3.3.2. Para fins de habilitação, os índices previstos no item 10.3.3 serão apurados com base nas demonstrações contábeis do último exercício social exigível, na forma do item 10.3.2.
- 10.3.4. A licitante deverá comprovar **CCL > 0 (zero)**, apurado pela fórmula **CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante**, com base nos demonstrativos apresentados no item 10.3.2.
- 10.3.4.1. A apuração do CCL deverá ser apresentada com **memória de cálculo**.
- 10.3.4.2. O cálculo do CCL deverá ser realizado exclusivamente com base nos valores constantes do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis apresentados pelo licitante nos termos do item 10.3.2, considerando as rubricas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, vedada a utilização de balancetes, demonstrações gerenciais ou documentos distintos daqueles exigidos para a habilitação econômico-financeira.
- 10.3.4.3. A memória de cálculo do CCL deverá indicar, de forma discriminada, as rubricas utilizadas e os respectivos valores extraídos do Balanço Patrimonial, devendo estar compatível com a declaração contábil prevista no item 10.3 “b”.
- 10.3.4.4. Para fins de habilitação, o CCL considerado será aquele apurado com base no Balanço Patrimonial do último exercício social exigível apresentado na forma do item 10.3 ‘b’ (ou no balanço de abertura, quando aplicável).
- 10.3.4.5. O atendimento dos índices econômicos e do CCL previstos neste item deverá ser atestado mediante **declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, acompanhada das memórias de cálculo – Lei nº 14.133/2021, art. 69, § 1º.
- 10.3.5. As informações e documentos econômico-financeiros apresentados serão tratados com a confidencialidade compatível com o sigilo empresarial, sem prejuízo dos deveres legais de transparência, controle e prestação de contas.

10.4 PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

- 10.4.1 Demonstração de Capacidade Técnico-Operacional, através da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome da licitante, que comprove(m) a boa execução dos serviços contratados, demonstrando qualidade e cumprimento de prazos, em atividades compatíveis com o objeto desta licitação e, cumulativamente:

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- a) Experiência mínima de **12 (doze) meses consecutivos ou não**, em serviços de gestão e representação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, atendendo a, no mínimo, **01 (uma) unidade consumidora/mês**, que corresponde a 50% do objeto licitado ($\geq 0,065$ MWm ou $\geq 569,4$ MWh/ano).
- b) Comprovação de **regularidade e adimplência como agente varejista da CCEE**;
- c) Apresentação de **declaração de lastro**, firmada por representante legal da empresa, correspondente a, no mínimo, **50% da energia prevista para fornecimento durante todo o contrato** ($\geq 0,065$ MWm ou $\geq 569,4$ MWh/ano), proveniente de contratos de compra e venda firmados com geradores ou comercializadores devidamente habilitados, livres de quaisquer ônus ou compromissos que restrinjam a execução do objeto.

10.4.2 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico empresarial. O documento deve conter, de forma clara, a identificação da empresa contratada, incluindo CNPJ, razão social e endereço.

10.4.3 Para atestados referentes a contratos realizados por meio de subcontratação, somente serão aceitos aqueles emitidos pela contratante principal (proprietária do empreendimento), ou acompanhados de declaração desta, ratificando as quantidades executadas e demais informações.

10.4.4 Para contratos executados em regime de consórcio, somente serão consideradas as parcelas de responsabilidade da proponente, conforme discriminação no atestado ou, se ausente essa informação, mediante apresentação do ato constitutivo do consórcio registrado no órgão competente.

10.4.5 Para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional, a licitante, se julgar necessário, poderá apresentar cópias de contratos, plantas, planilhas, declarações ou outros documentos idôneos para comprovação/complementação das informações sobre qualificações que pretenda demonstrar.

10.4.6 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante a seu favor ou a favor dos profissionais a ela vinculados.

10.4.6.1 DO SOMATÓRIO DE ATESTADOS:

a) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional e atendimento aos quantitativos mínimos exigidos, **será admitido o somatório de atestados** de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) O somatório será aceito para atingimento do volume mínimo de energia exigido, independentemente de os contratos terem sido executados de forma simultânea ou em períodos distintos, desde que comprovem a experiência da Licitante na gestão de volume acumulado compatível com o objeto.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

10.4.7 Os documentos exigidos poderão ser analisados pela unidade técnica para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pelo pregoeiro, o qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação.

10.4.8 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo utilizado para cadastramento de sua proposta.

10.4.9 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.5.5 Declaração de inexistência de empregados menores, conforme modelo constante no **Anexo II**;

10.5.6 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação apresentada, de acordo com o modelo constante no **Anexo III**;

10.5.7 Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo constante no **Anexo V**;

10.5.8 Declaração **pessoal de cada um dos sócios**, de que não possui vedações legais decorrentes do exercício de cargos públicos e de inexistência de grau de parentesco impeditivo. No caso de declaração firmada por procurador, a mesma deverá ser acompanhada de instrumento de procuração, público ou particular, com poderes específicos para declarar que a pessoa física do outorgante não possui as vedações legais acima mencionadas. As procurações poderão ser apresentadas em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou pela Comissão de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mediante a conferência com o original. Na hipótese de instrumento particular de procuração será obrigatório o reconhecimento de firma por tabelião de notas, conforme modelo constante no **Anexo VI**.

10.5.8.1 Na hipótese de o quadro societário da licitante ser composto por pessoa(s) jurídica(s), a declaração pessoal deverá ser firmada pelo respectivo representante legal da empresa, devidamente identificado no contrato social ou estatuto vigente.

10.5.9 Declaração LGPD – Geral de Proteção de Dados, conforme modelo constante no **Anexo VIII**.

10.5.10 Declaração do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo constante no **Anexo IX**.

10.5.11 Atestado de visita técnica, conforme modelo constante no **Anexo X** ou Declaração de responsabilidade, caso não seja realizada a visita técnica, conforme modelo constante no **Anexo XI**.

10.6 DEMAIS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.6.5 A apresentação do **Certificado de Registro Cadastral fornecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ou pelo Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços fornecido pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência –**

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

SEAP – Estado do Paraná, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos referentes à **comprovação da habilitação jurídica**.

- 10.6.6 Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.
- 10.6.7 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em Lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 10.6.8 Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.
- 10.6.9 Apresentação facultativa de documentação de habilitação de filial da proponente.
- 10.6.10 A proponente responsável pela proposta poderá optar pela execução por sua filial. Neste caso, a proponente deverá encaminhar todos os documentos de habilitação da matriz, bem como os de regularidade fiscal da filial, sendo a filial, responsável pela emissão da nota fiscal.
- 10.6.11 Não será inabilitada a proponente que deixar de apresentar a documentação de habilitação de filial. No entanto, somente será efetuado o pagamento do objeto entregue se a nota fiscal for emitida com CNPJ idêntico ao da documentação de habilitação apresentada pela proponente.
- 10.6.12 No caso de a proponente optar pela execução pela filial (emissão de nota fiscal pela filial), deverá constar na proposta de preços o CNPJ desta filial.
- 10.6.13 Tratamento diferenciado e favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, no termo da Lei Complementar nº 123/2006:
- 10.6.13.1 No caso de vício na documentação de regularidade fiscal da habilitação apresentada por proponente microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro declarará a proponente vencedora sob a condição de regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas.
- 10.6.13.2 O prazo máximo para a proponente microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar a documentação de regularidade fiscal sem defeitos será de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período mediante prévia justificativa da proponente, à critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 10.6.13.3 A permanência dos defeitos na documentação após o prazo máximo estabelecido implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, bem como na convocação da proponente microempresa ou empresa de pequeno porte cujo preço esteja no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação, para exercer o direito de tratamento diferenciado e favorecido.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 10.6.14 A ausência de qualquer documento solicitado, bem como a verificação de inconformidade dos mesmos ou, ainda, a verificação, *in loco* pelo pregoeiro, na sede da proponente, de qualquer discordância em relação às declarações apresentadas, poderá ensejar sua inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.6.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.
- 10.6.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.
- 10.6.17 Eventuais dúvidas deverão ser esclarecidas com o pregoeiro através do endereço de e-mail ou telefone, constantes no preâmbulo deste Edital.

11 OS RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos.
- 11.2 A falta de manifestação quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 11.3 Uma vez registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, sendo o mesmo prazo para apresentação de contrarrazões e terá início na data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso, nos termos do art. 165 inciso I, e II, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021
- 11.4 O(s) recurso(s) e contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, **dirigida ao Pregoeiro**, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e n.º do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato.
- 11.5 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 3 (três) dias, conforme art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 para:
- 11.5.5 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido, e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
- 11.5.6 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 11.5.7 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.
- 11.5.8 O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 11.5.9 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5.10 A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no Preâmbulo do presente edital.
- 11.5.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 Examinada a aceitabilidade da proposta de maior desconto, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

- 12.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

13 CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 13.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de até 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
- 13.2 No caso de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente (nota de empenho, ordem de serviço, pedido de fornecimento), o documento será enviado por e-mail, contando o prazo de entrega a partir do recebimento (que deverá ocorrer em no máximo 24 horas sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital).
- 13.3 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações do item 13.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo e-m igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.
- 13.5 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 13.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

14 GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não será exigida garantia de execução.

15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Será considerada infração administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa.
- 15.2 O fornecedor que cometer quaisquer das infrações mencionadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 15.2.5 Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.2.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

dos incisos II ao VII do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 15.2.8 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, observando as seguintes variações:
- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
 - b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
 - c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
 - d) Multa de mora diária de 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na prestação do serviço; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
 - e) Multa compensatória no valor integral do prejuízo financeiro suportado pela Administração no Mercado de Curto Prazo (PLD) decorrente de falha, atraso ou omissão da Contratada nos procedimentos de migração ou sucessão de representação na CCEE.
- 15.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e o seu cálculo deve ser justificado, conforme o disposto nos artigos 210 a 212, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
- 15.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
- 15.5 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.
- 15.6 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.6.2 As peculiaridades do caso concreto.
 - 15.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 15.6.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 15.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

- 15.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
- 15.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

16 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 16.1 As partes, denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, se comprometem a realizar e adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativa aptas a garantir a proteção dos dados pessoais que terão acesso no cumprimento deste Contrato, conforme determinações previstas na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como dos regulamentos e procedimentos, normas e demais orientações normativas editadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores que tratam da proteção de dados pessoais;
- 16.1.1 No presente Contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do art. 5º, VI e VII, da Lei nº 13.709/2018.
- 16.1.2 As partes ficam obrigadas a indicar encarregado ou preposto para comunicação sobre os assuntos pertinentes à LGPD durante a execução deste Contrato, nos termos do §2º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018.
- 16.2 Para fins de definição, considera-se a expressão:
- a) TRATAMENTO como toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- b) DADO PESSOAL como toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- 16.3 A CONTRATADA compromete-se a realizar as operações de tratamento de dados pessoais com estrita observância da boa-fé e dos demais princípios previstos no art. 6º da LGPD, apenas para as finalidades específicas e estritamente relacionadas com a execução do presente instrumento contratual e seus anexos;
- 16.3.1 A CONTRATADA guardará sigilo sobre os dados pessoais compartilhados, sendo-lhe vedado a qualquer tempo compartilhar desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE ou de forma incompatível com as finalidades previamente estabelecidas no contrato e na Lei.
- 16.3.2 Ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas na LGPD, as Partes somente realizarão o tratamento de dados pessoais mediante o fornecimento de consentimento expresso pelo titular.
- 16.3.3 Ao aceitar as condições do presente a CONTRATADA manifesta expresso consentimento quanto ao tratamento de Dados pela CONTRATANTE, estando referido consentimento se dado exclusivamente quanto à utilização dos Dados pessoais para atendimento das obrigações existentes em virtude da legislação vigente e dos termos deste contrato.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 16.3.4 A CONTRATADA não reterá quaisquer dados pessoais ou informações compartilhadas por período superior ao necessário para a execução do presente Contrato e/ou para o cumprimento das suas obrigações e conforme necessário ou permitido pela lei aplicável.
- 16.3.5 Encerrado o contrato, deverá a CONTRATADA eliminar imediatamente todos os dados tratados, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, inclusive quando houver necessidade de guarda de documentos para fins de comprovação dos cumprimentos legais e obrigacionais, e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 16.3.6 A CONTRATADA compromete-se a dar conhecimento formal aos seus acionistas/quotistas/sócios, conselheiros, administradores, diretores, empregados, colaboradores e prestadores de serviços, inclusive suas subcontratadas e prepostos, quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral das obrigações e condições estabelecidas neste Contrato, que tratam sobre tratamento e proteção de dados pessoais.
- 16.3.7 A CONTRATADA responderá, única e exclusivamente, por quaisquer danos causados à CONTRATANTE, titulares dos dados e a terceiros, decorrentes da violação à legislação de proteção de dados;
- 16.3.8 Não caberá responsabilização das Partes se comprovado que:
- a) não realizaram o tratamento de Dados Pessoais que lhes é atribuído;
 - b) embora tenham realizado o tratamento de Dados Pessoais que lhes é atribuído, não houve violação a estas Cláusulas; ou
 - c) o dano é decorrente de culpa exclusiva do Titular ou de terceiro não vinculado às Partes.
- 16.3.9 A CONTRATADA somente poderá subcontratar o tratamento de dados pessoais mediante prévia autorização escrita da CONTRATANTE.
- 16.3.10 A CONTRATADA responderá exclusivamente pelos atos da subcontratada, impondo-se a esta as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no contrato e na LGPD, em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do presente contrato.
- 16.4 As partes se comprometem a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas, para o devido cumprimento das obrigações legais e contratuais para o tratamento de dados previsto na LGPD, mantendo registro das operações de tratamento de dados pessoais, inclusive de suas subcontratadas ou prepostos, a fim de garantir a confidencialidade, integridade e segurança dos dados tratados.
- 16.4.1 A CONTRATADA, ao tomar conhecimento de incidente de segurança que envolva dados pessoais, ou acreditando que tais dados foram acessados indevidamente, expostos a situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do incidente, com as seguintes informações:
- a) a descrição da atividade de tratamento de dados, incluindo, sempre que possível, as categorias e número de titulares afetados;
 - b) as categorias e número de dados violados;
 - c) as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção de dados;
 - d) a identidade e os detalhes de contato do responsável pela proteção de dados ou do ponto de contato que poderá fornecer mais informações em relação à violação;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- e) a descrição das consequências da violação dos dados pessoais, tanto quanto razoavelmente possível, dadas as circunstâncias; e
- f) a descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- 16.5 A CONTRATANTE poderá, mediante prévia comunicação, fiscalizar, inspecionar e auditar as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela CONTRATADA no cumprimento do contrato, conforme as obrigações legais previstas na LGPD para proteção de dados pessoais.
- 16.5.1 A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado previamente pela CONTRATANTE, fornecer todas as informações aptas a demonstrar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula de proteção de dados pessoais e asseguradas pela legislação vigente.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 Todas as referências de tempo deste Edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 17.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no Edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 17.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 17.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 17.5 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 17.6 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 17.7 O pregoeiro poderá, no interesse público, releva faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
- 17.8 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 17.9 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.



Diretoria de Apoio Técnico

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ALEXANDRE MARANHÃO KHURY
Presidente

ALDINO JORGE BUENO
Primeiro Secretário

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 1427539/2026 – 1427539 - DA/SEAPO

Em 13 de fevereiro de 2026.

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista, contemplando fornecimento de energia proveniente de fontes incentivadas especiais (50%), bem como serviços especializados de gestão, para atendimento às unidades consumidoras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP.

1.2. O contrato abrangerá também o suporte técnico regulatório, gestão de faturas, relatórios de consumo, previsões de mercado e demais serviços correlatos indispensáveis ao fornecimento e à administração eficiente da energia adquirida.

1.3 Estima-se a contratação de até 0,13 MWm (Megawat médio) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para duas das unidades consumidoras da Assembleia Legislativa do Pr, já migradas no Mercado Livre de Energia, quais sejam: 59079401 e 21542708, cujo valor estimado encontra-se abaixo:

Início	MW médio (Consumo estimado)	Valor R\$/MWh	Valor anual R\$
Ano 1	0,13	R\$ 465,05	R\$ 529.593,25
Ano 2	0,13	R\$ 392,06	R\$ 446.477,02
Ano 3	0,13	R\$ 368,23	R\$ 420.483,49
Ano 4	0,13	R\$ 341,84	R\$ 389.283,29
Ano 5	0,13	R\$ 316,52	R\$ 360.451,84
TOTAL		R\$ 2.146.288,89	

1.3.1. (Justificativa – “Ano 1” a “Ano 5” e neutralidade contratual): Para fins de padronização da estimativa de preços, definição dos tetos anuais e aplicação do critério de readequação anual decrescente, o período contratual de 60 (sessenta) meses foi segmentado em Ano 1, Ano 2, Ano 3, Ano 4 e Ano 5, correspondentes a cinco ciclos sucessivos de 12 (doze) meses de fornecimento, contados a partir do início efetivo do suprimento.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1.3.2 A utilização dessa nomenclatura decorre da natureza operacional do Ambiente de Contratação Livre, no qual o início do suprimento depende da conclusão do certame e dos trâmites regulatórios de troca de representação e modelagem perante a CCEE. Tal forma de apresentação não reduz prazo, não posterga pagamento e não impõe qualquer ônus adicional ao contratado, permanecendo assegurada a vigência total prevista e o faturamento conforme as regras deste Termo de Referência, com base na energia efetivamente medida.

1.4 O consumo de 0,13 MW médio é meramente estimativo, conforme exposto no item 3.1. e 3.1.1 do presente, devendo ser observada a flexibilidade de 100% (modulação pela carga conforme consumo das unidades), com dispensa de sazonalização prévia (definição antecipada de volumes mensais), sendo a sazonalidade contratual considerada idêntica à curva de carga efetivamente verificada mês a mês. Não haverá aplicação de limites mínimos ou máximos de consumo vinculados à estimativa inicial (vedação cláusula de *take-or-pay*), sendo o faturamento vinculado exclusivamente à medição efetiva, limitado apenas pela capacidade física de conexão das unidades.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O atual contrato de fornecimento de energia da ALEP, celebrado em 2021 por Dispensa de Licitação, encontra-se em fase final de vigência. Considerando a necessidade de continuidade do fornecimento de energia elétrica, essencial ao funcionamento das atividades legislativas, torna-se imprescindível a realização de nova contratação.

2.2. A contratação via Pregão Eletrônico, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como o procedimento mais adequado para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, com observância aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e transparência.

2.3. O ingresso da ALEP no mercado livre de energia já demonstrou resultados econômicos satisfatórios, com significativa redução de custos em relação ao mercado cativo. A continuidade desse modelo assegura a manutenção das vantagens obtidas, além de permitir flexibilidade contratual e acesso a energia de fontes renováveis incentivadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução contratual adotada consiste na aquisição de energia elétrica para as duas UCs da ALEP, com fornecimento por comercializadora varejista autorizada pela ANEEL, contemplando: Aquisição de energia incentivada especial (mínimo 50%), com apresentação de Certificado de Energia Renovável (I-REC); Desconto de no mínimo 50% na TUSD e TUST; Flexibilidade de 100% (modulação pela carga conforme consumo das unidades), com dispensa de sazonalização prévia (definição antecipada de volumes mensais), sendo a sazonalidade contratual considerada idêntica à curva de carga efetivamente verificada mês a mês; Suporte regulatório, gestão de faturas, relatórios de consumo, previsões de mercado e demais serviços correlatos; Vigência contratual mínima de 60 (sessenta) meses.

3.1.1 Não haverá aplicação de limites mínimos ou máximos de consumo vinculados à estimativa inicial (**vedação cláusula de *take-or-pay***), sendo o faturamento vinculado exclusivamente à medição efetiva, limitado apenas pela capacidade física de conexão das unidades.

3.1.2. Da Modalidade de Fornecimento (Alocação pela Carga): O fornecimento será executado na modalidade de "Alocação pela Carga" (ou Alocação pela Medição). Nesta modalidade, transfere-se à

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONTRATADA o risco da oscilação de consumo e a responsabilidade pelo lastro integral da demanda verificada nas unidades consumidoras, independentemente das estimativas iniciais.

3.2 Do Valor do RETUSD (Ressarcimento de Encargos): Para fins de formulação da proposta de preços e futuros ressarcimentos durante a execução contratual, os licitantes deverão considerar o valor fixo de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por MWh para o RETUSD. Este valor deverá ser utilizado como base para cálculos de eventuais compensações financeiras relacionadas ao desconto de TUSD/TUST, vedada a utilização de valor diverso para fins de proposta comercial.

3.5. Da fungibilidade da fonte geradora (flexibilidade de lastro):

3.5.1. É facultado à licitante vencedora (futura Contratada) a alteração da fonte geradora ou da usina de procedência da energia ao longo da execução contratual, independentemente da celebração de Termo Aditivo, caracterizando-se a **fungibilidade do lastro**, desde que observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) Manutenção da Qualidade: Seja rigorosamente preservada a obrigação de que, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do montante total de energia entregue mensalmente seja proveniente de **Fonte Incentivada Especial (Código I5)** devidamente registrada na CCEE/ANEEL;

b) Manutenção dos Benefícios Econômicos: A substituição da fonte não acarrete prejuízo aos benefícios tarifários da ALEP, assegurando-se o **desconto legal de 50%** nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) incidente sobre a parcela incentivada;

c) Dever de Informação: A alteração seja comunicada formalmente à Fiscalização do Contrato com antecedência ou no ato do faturamento, com a devida comprovação de registro do novo lastro na CCEE;

d) Vedação de Custos Extras: A decisão de troca de fonte por estratégia comercial da Contratada não ensejará, em nenhuma hipótese, revisão do preço contratual ou pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, devendo eventuais custos de migração ou registro de contratos ser integralmente absorvidos pelo fornecedor.

4. DAS PERDAS REGULATÓRIAS, ENCARGOS E FORMAÇÃO DE PREÇO - PREÇO FIXO COM PERDAS INCLUSA (modalidade *Flat*)

4.1 Para a elaboração da proposta de preços, a LICITANTE deverá considerar em seus cálculos de custo todos os fatores de majoração de volume entre a medição na unidade consumidora e a liquidação no Centro de Gravidade (gross-up), incluindo Perdas da Rede Básica e eventuais Perdas na Rede de Distribuição, bem como os encargos setoriais incidentes sobre o consumo (como o PROINFA).

4.2 O **Preço Unitário (R\$/MWh)** ofertado deverá ser do tipo 'Flat', ou seja, **já deve absorver integralmente os custos e riscos** associados a essas perdas regulatórias e encargos.

4.3 **Do Faturamento:** Fica expressamente vedado o repasse ou cobrança em rubrica apartada na fatura. O faturamento mensal incidirá exclusivamente sobre a **energia efetivamente medida** (relógio) nas unidades consumidoras. Entende-se que o preço licitado já remunera a Contratada pelo fornecimento do montante bruto necessário (lastro + perdas + encargos), não cabendo pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em razão de oscilações nos percentuais de perdas regulatórias ou cotas do PROINFA durante a vigência contratual.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

4.4 Embora a liquidação financeira no setor elétrico ocorra pelos dados contabilizados na **CCEE** (Medição + Perdas), optou-se contratualmente pelo faturamento com base na **Medição na Unidade Consumidora (Relógio)**. Essa modelagem transfere a complexidade e o risco da variação das perdas para a precificação do Fornecedor, garantindo que a Administração pague apenas pela energia efetivamente usufruída, simplificando a conferência das faturas e a gestão orçamentária.

5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Foi realizada consulta de mercado junto a fornecedor atuantes no submercado Sul, como Copel.

5.2. Os preços de referência para fornecimento de energia no período 2026-2030 (ano 1 ao ano 5) situam-se no valor estimado global de **R\$ 2.146.288,89 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**.

6. PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1. Não se aplica o parcelamento do objeto, considerando a natureza integrada e contínua do fornecimento de energia elétrica e serviços correlatos de gestão e representação.

7. SUSTENTABILIDADE

7. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

7.1. Energia Incentivada: A contratação contemplará, obrigatoriamente, o fornecimento de 50% (cinquenta por cento) de energia incentivada de fontes renováveis (Fonte Especial I5).

7.2. Certificação (I-REC): A CONTRATADA deverá entregar à Fiscalização, até o dia 31 de março do ano subsequente ao de consumo (ou periodicidade menor, se disponível), os Certificados de Energia Renovável (I-REC) nominais à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quitando a obrigação de rastreabilidade do ano anterior.

7.2.1. DA APRESENTAÇÃO NO ENCERRAMENTO CONTRATUAL: Excepcionalmente para o último ano de vigência do contrato, contemporaneamente à apresentação, liquidação e o pagamento da última fatura de fornecimento ficarão condicionados à apresentação dos Certificados I-REC referentes a todo o período contratual remanescente, ou, na impossibilidade técnica de emissão imediata pela certificadora, à apresentação do comprovante oficial de solicitação e aposentadoria dos títulos em nome da CONTRATANTE.

7.3. Gerenciamento de Resíduos e Logística Reversa: Caso a execução do objeto envolva a substituição de equipamentos (medidores, transformadores, cabeamento) ou intervenções físicas nas instalações:

7.3.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo gerenciamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos gerados.

7.3.2. Fica obrigatória a aplicação da Logística Reversa para equipamentos substituídos, devendo a CONTRATADA comprovar o descarte ecológico ou a reciclagem dos materiais retirados das dependências da CONTRATANTE, vedado o descarte em lixo comum, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. O objeto não é passível de contratação exclusiva por ME/EPP, conforme art. 4º, §3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, por se tratar de serviço especializado regulado pelo setor elétrico.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

9.1. O objeto enquadra-se como serviço de natureza comum de energia elétrica, conforme art. 6º, XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de fornecimento padronizado de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em condições de desempenho e qualidade objetivamente definidas por normas da ANEEL e da CCEE. Órgãos públicos vêm adotando essa interpretação em editais recentes de aquisição de energia elétrica no ACL, a exemplo do CEPEL (Pregão Eletrônico 002.2022 para Aquisição de Energia – ACL) e do SAAE Linhares/ES (Pregão Eletrônico 004/2025 para compra de energia na CCEE), ambos publicados no PNCP.

10. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O fornecimento será realizado diretamente nas unidades consumidoras da ALEP (UCs nº 59079401 e nº 21542708), conforme medição pela concessionária distribuidora local.

10.2. Do Início da Execução: A execução contratual prevê fase inicial de trâmites regulatórios. O fornecimento efetivo de energia (suprimento) terá início em prazo estimado de até 30 (trinta) dias após a assinatura, devendo a Contratada realizar antecipadamente e preventivamente, neste interregno, a modelagem necessária junto à CCEE para assumir a representação das cargas a partir do ciclo de faturamento subsequente.

10.3. O critério de aceitação será o atendimento pleno das exigências técnicas e regulatórias, bem como a regularidade do fornecimento e da representação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

11.1 São obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Prestar o serviço de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados no Termo de Referência;

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.1.3 Reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido no Termo de Referência, quaisquer vícios ou falhas identificadas nos serviços prestados, de forma a assegurar o pleno atendimento ao objeto contratual. Além disso, deverá realizar manutenções corretivas, preventivas e evolutivas, conforme necessário, para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços.

11.1.4 Comunicar, por escrito, à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação à data prevista para a execução do serviço, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do cronograma estabelecido, devidamente justificados e comprovados.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

11.1.5 Comunicar, por escrito, ao Contratante, quaisquer erros ou incoerências verificadas nas especificações, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza ou à sua não execução.

11.1.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

11.1.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.8 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

11.1.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.10 Arcar com todas as despesas com tributos federais, estaduais e municipais, fretes, seguros, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive aqueles referentes ao licenciamento ambiental, se houver, enquanto perdurar a vigência do compromisso, sem qualquer ônus adicional.

11.1.11 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da ALEP e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;

11.1.12 CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante e posterior ao cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual;

11.1.13 Apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo às exigências no item anterior, quando solicitado pela contratante.

11.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

11.1.15. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

11.1.16. Outorgar à CONTRATANTE, no próprio instrumento contratual, poderes de representação (mandato) perante a CCEE, a serem exercidos exclusivamente em situações de risco de descontinuidade por culpa da empresa (tais como falência, dissolução societária, desaparecimento dos sócios ou recusa injustificada em realizar o desligamento), permitindo que a Administração execute diretamente a transferência das unidades consumidoras para outro fornecedor, sem depender da anuência da CONTRATADA nestes casos críticos.

11.2 São obrigações da CONTRATANTE:

11.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

11.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2.3 Permitir acesso dos empregados do Contratado em suas dependências para realizar os serviços, proporcionando todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições avençadas.

11.2.4 Fiscalizar de acordo com sua conveniência e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.2.6 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

11.2.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

11.2.8 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

11.2.9 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

11.2.10 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

11.2.11 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11.2.12 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11.3. Da Modificação de Cargas e Unidades Consumidoras

11.3.1. O objeto desta contratação restringe-se às unidades consumidoras já migradas (UCs nº 59079401 e nº 21542708), não havendo previsão de novas migrações ou inclusão de novas unidades durante a vigência contratual. As unidades atuais deverão permanecer no Ambiente de Contratação Livre (ACL) por todo o período.

11.3.2. As variações de consumo verificadas nas unidades contratadas serão absorvidas automaticamente pelos limites de flexibilidade previstos neste Termo de Referência (Modulação de 100% conforme a carga), dispensando-se a celebração de Termo Aditivo para oscilações que estejam compreendidas dentro dessa faixa de fornecimento.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

11.3.3. A formalização mediante Termo Aditivo, observado o limite legal previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, será exigida apenas nas hipóteses de alterações qualitativas ou quantitativas que extrapolem os mecanismos de flexibilidade contratual de 100% (alocação por carga) já previstos originariamente ou que impliquem em modificação da estrutura de fornecimento inicialmente pactuada

12. FORMA DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do CONTRATADO em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.3 O pedido de pagamento deverá ser endereçado à Diretoria de Apoio Técnico, por meio do e-mail pagamentos.dat@assembleia.pr.leg.br.com, a identificação do número da Ordem de Serviço, bem como, contendo os seguintes documentos:

12.3.1 Nota Fiscal contendo em seu corpo o número da Nota de Empenho;

12.3.2 Apresentação de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal, FGTS e CNDT, podendo, em sendo o caso, serem substituídas pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral do Sistema GMS do Governo do Estado do Paraná dentro do prazo de validade;

12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

12.5 DA MEDIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS (SCDE):

1. O faturamento será realizado com base na energia efetivamente consumida e medida ("**Pagar pelo Relógio**"), apurada no intervalo do **Mês Civil integral (do 1º ao último dia)**.

2. **Fonte dos Dados:** Para compatibilizar a data de leitura física da Distribuidora com o ciclo civil da CCEE, a CONTRATADA deverá utilizar os dados de medição consolidados no **SCDE (Sistema de Coleta de Dados de Energia)** da CCEE.

3. **Descasamento de Faturas:** A CONTRATANTE declara ciência de que a Fatura de Energia (fornecida pela CONTRATADA) terá ciclo de competência (dia 1º a 30) distinto da Fatura de Uso do Sistema (TUSD/Copel), não constituindo tal diferença motivo para recusa de pagamento, desde que os volumes faturados correspondam aos dados oficiais do SCDE para o período.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

13.1. O fornecedor será selecionado por meio de **Pregão Eletrônico**, adotando-se como critério de julgamento o **MAIOR DESCONTO GLOBAL, OBEDECENDO A UMA REDUÇÃO ANUAL DECRESCENTE** para o período contratual de 60 (sessenta) meses – 5 anos.

13.1.1. **Da Obrigatoriedade da Redução Anual Decrescente:** Em consonância com a estimativa de preços de mercado disposta no item 1.3 deste Termo de Referência, a proposta da licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar preços unitários (R\$/MWh) decrescentes ano a ano.

13.1.2. **Critério de Aceitabilidade (Teto Anual):** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários superiores aos máximos anuais definidos na tabela abaixo (ou no item 1.3 deste TERMO DE REFERÊNCIA):

- Ano 1: Teto de R\$ 465,05/MWh – R\$ 529.593,25 (anual)
- Ano 2: Teto de R\$ 392,06/MWh – R\$ 446.477,02 (anual)
- Ano 3: Teto de R\$ 368,23/MWh – R\$ 420.483,49 (anual)
- Ano 4: Teto de R\$ 341,84/MWh – R\$ 389.283,29 (anual)
- Ano 5: Teto de R\$ 316,52/MWh – R\$ 360.451,84 (anual)

Valor total estimado do período (Ano 1 ao Ano 5): R\$ 2.146.288,89.

13.1.3. **Readequação Escalonada Obrigatória:** Após a disputa de lances pelo maior desconto global, a licitante vencedora deverá apresentar a Proposta Final Ajustada, observando as seguintes condições:

- **Redução Anual Progressiva:** Os valores totais propostos para cada ano do contrato deverão ser obrigatoriamente decrescentes, de modo que o preço máximo do Ano $n+1$ seja sempre inferior ao preço do Ano n .
- **Liberdade de Distribuição (Não Linearidade):** A licitante terá autonomia para distribuir o desconto final obtido entre os itens da planilha e entre os períodos anuais, desde que respeite os tetos máximos definidos no item 13.1.2 para cada respectivo exercício.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- **Exequibilidade:** A distribuição não linear dos preços não poderá comprometer a exequibilidade de cada etapa contratual, devendo a Administração rejeitar propostas que concentrem custos excessivos nos anos iniciais (front-loading) sem a devida justificativa técnica.

13.1.4 Justifica-se a adoção do referido critério para evitar o chamado “jogo de planilha” e para maior segurança jurídica e vantajosidade.

13.2 Exigências de habilitação jurídica:

13.2.1 Documentação de constituição da licitante, comprovando data de constituição, localização da sede, objeto social, prazo de duração da sociedade, indicação dos diretores ou sócios-gerentes (sócio administradores) e respectivos poderes de representação na forma de um dos seguintes documentos:

a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização ou equivalente, acompanhado do ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial.

13.2.2 No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou outro documento equivalente, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 03, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNR.

13.3 Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consiste na apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.3.2 Caso o licitante detentor do maior desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.4 Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Para comprovação da qualificação econômico-financeira:
13.4.0 (Justificativa – alinhamento ao ETP): Considerando a análise de riscos registrada no ETP, especialmente a instabilidade superveniente verificada no mercado livre de energia a partir de 2025/2026 e o risco de contratação de empresas excessivamente alavancadas, estabelecem-se exigências econômico-financeiras objetivas e proporcionais para mitigar risco de inadimplemento e assegurar a continuidade da execução contratual, sem impor restrição indevida à competitividade.

13.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante – Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II.

13.4.2 Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei – Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso I.

13.4.2.1 Os documentos referidos no item 13.4.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos – Lei nº 14.133/2021, art. 69, § 6º.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

13.4.2.2 As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis exigidos no item 13.4.2 pelo balanço de abertura, quando aplicável, observadas as regras legais e do instrumento convocatório.

13.4.2.3 Os documentos referidos acima deverão observar o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, quando aplicável.

13.4.3 (Índices mínimos): A licitante deverá comprovar, cumulativamente, LG, LC e SG $\geq 1,00$, apurados com base nos demonstrativos contábeis apresentados.

13.4.3.1 Para fins do item 13.4.3, serão adotadas as seguintes fórmulas (ou equivalentes, desde que preservada a natureza do índice):

a) LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b) LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante;

c) SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

13.4.3.2 Para fins de habilitação, os índices previstos no item 13.4.3 serão apurados com base nas demonstrações contábeis do último exercício social exigível na forma do item 13.4.2 (ou no balanço de abertura, quando aplicável).

13.4.4 (Regra de contingência – patrimônio líquido mínimo): Caso a licitante apresente resultado inferior a 1,00 em qualquer dos índices do item 13.4.3, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 (CCL – Capital Circulante Líquido): A licitante deverá comprovar CCL > 0 (zero), apurado pela fórmula CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante, com base nos demonstrativos apresentados no item 13.4.2.

13.4.5.1 A apuração do CCL deverá ser apresentada com memória de cálculo.

13.4.5.2 O cálculo do CCL deverá ser realizado exclusivamente com base nos valores constantes do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis apresentados pelo licitante nos termos do item 13.4.2, considerando as rubricas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, vedada a utilização de balancetes, demonstrações gerenciais ou documentos distintos daqueles exigidos para a habilitação econômico-financeira.

13.4.6.3 A memória de cálculo do CCL deverá indicar, de forma discriminada, as rubricas utilizadas e os respectivos valores extraídos do Balanço Patrimonial, devendo estar compatível com a declaração contábil prevista no item 13.4.7.

13.4.6.4 Para fins de habilitação, o CCL considerado será aquele apurado com base no Balanço Patrimonial do último exercício social exigível apresentado na forma do item 13.4.2 (ou no balanço de abertura, quando aplicável).

13.4.7 (Declaração contábil): O atendimento dos índices econômicos e do CCL previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada das memórias de cálculo – Lei nº 14.133/2021, art. 69, § 1º.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

13.4.8 (Confidencialidade): As informações e documentos econômico-financeiros apresentados serão tratados com a confidencialidade compatível com o sigilo empresarial, sem prejuízo dos deveres legais de transparência, controle e prestação de contas.

13.5 Para comprovação da capacidade técnica

13.5.1 A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a boa execução dos serviços contratados, demonstrando qualidade e cumprimento de prazos, em atividades compatíveis com o objeto desta licitação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) evidenciar:

- experiência mínima de 12 (doze) meses consecutivos ou não, em serviços de gestão e representação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, atendendo a, no mínimo, 01 (uma) unidade consumidora/mês, que corresponde a 50% do objeto licitado ($\geq 0,065$ MWm ou $\geq 569,4$ MWh/ano).
- comprovação de regularidade e adimplência como agente varejista da CCEE;
- apresentação de declaração de lastro, firmada por representante legal da empresa, correspondente a, no mínimo, 50% da energia prevista para fornecimento durante todo o contrato ($\geq 0,065$ MWm ou $\geq 569,4$ MWh/ano), proveniente de contratos de compra e venda firmados com geradores ou comercializadores devidamente habilitados, livres de quaisquer ônus ou compromissos que restrinjam a execução do objeto.

13.5.2 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico empresarial. O documento deve conter, de forma clara, a identificação da empresa contratada, incluindo CNPJ, razão social e endereço.

13.5.3 Para atestados referentes a contratos realizados por meio de subcontratação, somente serão aceitos aqueles emitidos pela contratante principal (proprietária do empreendimento), ou acompanhados de declaração desta, ratificando as quantidades executadas e demais informações.

13.5.4 Para contratos executados em regime de consórcio, somente serão consideradas as parcelas de responsabilidade da proponente, conforme discriminação no atestado ou, se ausente essa informação, mediante apresentação do ato constitutivo do consórcio registrado no órgão competente.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

14.1.1 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.1.2 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, após análise técnica e jurídica da documentação apresentada.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

14.1.3 A sucessora deverá comprovar estar devidamente habilitada e ativa como Agente Varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), garantindo a continuidade da representação das unidades consumidoras da CONTRATANTE sem interrupção;

14.1.4 Sejam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições do contrato original, sem prejuízo à execução do objeto pactuado;

14.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza especializada do serviço a ser prestado.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Não será exigida a prestação de garantia para execução contratual, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14133/2021, considerando a natureza do objeto.

16.2 O fornecimento de energia elétrica no ACL é regido por normas específicas da ANEEL e pela CCEE, que impõem mecanismos próprios de mitigação de risco, tais como: exigência de adimplência setorial, registros de contratos e mecanismos de liquidação financeira centralizada.

16.3 Tais salvaguardas conferem elevada segurança à execução contratual, reduzindo a probabilidade de inadimplemento. A imposição de garantia adicional se mostraria onerosa e desnecessária, sem agregar efetiva proteção à Administração.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

17.1 Não se aplica.

18. DO GESTOR E FISCAL

18.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Diretoria de Apoio Técnico.

18.2 A fiscalização do objeto será exercida pelo servidor Albari Josebel Ferreira Padilha - Matrícula 3024663 que atuará como fiscal titular do contrato;

18.3 Como fiscal suplente fica designado o servidor Marcus Vinicius Schoenberger, - Matrícula 1041283.

18.4 O acompanhamento e o registro das atividades de fiscalização deverão ser realizados em sistemas oficiais da Administração, notadamente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, e no Contratos Gov.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

18.5 O Contratos Gov deverá ser utilizado pelo fornecedor para o envio de toda a documentação necessária à fiscalização, bem como para a instrução dos processos de pagamento, em conformidade com a legislação vigente, garantindo maior transparência, padronização e rastreabilidade contratual.

18.6 Para cada período contratual, o custo total da Contratante no Ambiente de Contratação Livre adicionado os custos dos serviços previstos no contrato, não deverá exceder o custo total considerando a aplicação das tarifas vigentes do mercado regulado, considerando o conjunto de unidades consumidoras listadas no Termo de Referência, simuladas na condição de consumidores cativos, incluindo os efeitos das bandeiras tarifárias ou outros componentes ou encargos setoriais.

18.7 O parâmetro de que o custo total anula no ACL não deve superar o custo cativo simulado (incluindo bandeiras e encargos) tem natureza exclusivamente gerencial e de controle de economicidade, não implicando revisão automática dos preços unitários contratados (R\$/MWh) nem glosa de fatura. O faturamento seguirá, em todo caso, a energia efetivamente medida nas unidades consumidoras, observadas as deduções e os ajustes setoriais já precificados na proposta vencedora, nos termos do Edital e do Contrato. Caso a comparação anual indique perda de vantajosidade estrutural, a Administração adotará as medidas cabíveis de gestão contratual (negociação, revisão dentro das hipóteses legais, ou outras providências de governança), sempre com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022, sem prejuízo da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da segurança jurídica.

19. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

19.1. O contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

19.2. Da Prorrogação: O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, por iguais ou diferentes períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsão do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: I - Interesse público e autorização formal da autoridade competente, devidamente motivada por escrito; II - Comprovação da vantajosidade econômica e técnica da prorrogação para a Administração; III - Manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; IV - Concordância expressa da Contratada.

19.3. Do Início da Execução (Suprimento): O fornecimento físico de energia terá início, impreterivelmente, às 00:00 horas do primeiro dia do mês civil subsequente ao término da vigência do contrato atual da ALEP, garantindo-se a continuidade do serviço sem sobreposição.

19.3.1 O intervalo compreendido entre a assinatura do contrato e o início do suprimento físico e financeiro não poderá exceder o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação das medidas contratuais cabíveis

19.3.2 Este interregno destina-se aos trâmites regulatórios de troca de representação junto à CCEE, conforme previsto no item 9.2 do presente Termo de Referência.

20. DO REAJUSTAMENTO

20.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

20.2 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

20.3 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

20.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

20.5 Não será admitido apostilamento com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

20.6 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Orçamento Próprio da Assembleia Legislativa do Paraná, com a respectiva dotação a ser informada pela Diretoria de Apoio Técnico.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

23. PADRONIZAÇÃO DO OBJETO

23.1. Considerando o disposto no art. 383, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, declara-se a inaplicabilidade do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) para o presente objeto.

23.2. O fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) já possui padrões técnicos e regulatórios definidos pela ANEEL e pela CCEE, não se enquadrando nas categorias passíveis de padronização no catálogo.

23.3. Assim, justifica-se a dispensa da utilização do catálogo, com fundamento nas normas setoriais específicas.

24. DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

24.1. Nos termos dos arts. 13 a 15 do Ato da Comissão Executiva nº 1826/2023, será exigida, como condição de habilitação, a apresentação de declaração de inexistência de nepotismo por parte de todos os sócios das empresas licitantes.

25. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022 E ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1826/2023

25.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e as complementares constantes no Ato da Comissão Executiva de nº 1826/2023.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

26. DA VISTORIA TÉCNICA (FACULTATIVA)

26.1. A realização de vistoria técnica nas Unidades Consumidoras da ALEP é facultativa, cabendo à licitante avaliar a necessidade de conhecer in loco as condições das instalações elétricas, cabines de medição e sistemas de telemetria existentes.

26.2. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, obrigatoriamente, a Declaração de Responsabilidade e Conhecimento Pleno (conforme modelo constante no Anexo XI do Edital), assumindo incondicionalmente os riscos decorrentes dessa decisão.

26.3. Em qualquer hipótese (realização da vistoria ou apresentação da declaração substitutiva), a CONTRATADA não poderá alegar posteriormente o desconhecimento de fatos, condições das instalações ou peculiaridades locais para justificar: a) A inexecução ou execução deficiente dos serviços; b) A solicitação de custos adicionais ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados à infraestrutura de medição existente; c) O descumprimento dos prazos de migração ou modelagem na CCEE.

26.4. Caso opte pela vistoria, esta deverá ser agendada previamente junto à Coordenadoria de Suprimentos/Engenharia da ALEP, conforme dados de contato dispostos no Edital.

27. DA VINCULAÇÃO

27. Integram este Termo de Referência o histórico de consumo e planilhas a seguir expostas, que servem de suporte ao ETP e que demonstram a vantajosidade e respectivo planejamento da contratação ora realizada:

Unidades Consumidoras	Endereço	Modalidade Tarifária Contratada
21542708	Pca Ns de Sallette - Assembleia Legislativa - Centro Cívico	Bandeira VERDE - Poder/Ppe-Adm Publica em Geral
59079401	R Mai Hermes - Po 22590 2021 Assembleia Legislativa - Ahu	Bandeira VERDE - Poder/Ppe-Adm Publica em Geral

QUADRO - DUAS UNIDADES (21542708 e 59079401)					
Mês/Ano	Consumo Total (kWh) - Mês Soma das Duas Unidade de consumo (21542708 e 59079401) - Extraídas das Contas de Luz	Consumo Total (MWh)	Horas no mês (h) <small>(30,42 dias x 24 horas)</small>	Consumo kWh/h	Demanda MW consumido em 1 (uma) hora <small>baseado no consumo do mês</small>
julho de 2025	95.082,00	95,08	730	130,25	0,130
junho de 2025	94.284,00	94,28	730	129,16	0,129
maio de 2025	97.580,00	97,58	730	133,67	0,134
abril de 2025	120.122,00	120,12	730	164,55	0,165
março de 2025	134.611,00	134,61	730	184,40	0,184
fevereiro de 2025	92.136,00	92,14	730	126,21	0,126
janeiro de 2025	84.687,00	84,69	730	116,01	0,116
dezembro de 2024	99.919,00	99,92	732	136,50	0,137
novembro de 2024	103.949,00	103,95	732	142,01	0,142
outubro de 2024	97.722,00	97,72	732	133,50	0,134
setembro de 2024	95.604,00	95,60	732	130,61	0,131
agosto de 2024	95.646,00	95,65	732	130,66	0,131
Médias de Agosto/2024 até Julho/2025	100.945,17	100,95	730,83	138,13	0,1381

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Comparativo Mercado Livre de Energia(ACL) x Mercado Cativo (ACR)						
Ano	Unidade Consumidora - 21642708			Unidade Consumidora - 68079401		
	Informações extraídas - relatório	Economia no Ano (R\$)	Economia no Ano (%)	Informações extraídas - relatório	Economia no Ano (R\$)	Economia no Ano (%)
2021	dezembro/2021	R\$ 21.836,54	52,16%	dezembro/2021	R\$ 30.890,46	59,12%
2022	dezembro/2022	R\$ 142.744,90	38,32%	dezembro/2022	R\$ 171.788,57	36,44%
2023	dezembro/2023	R\$ 54.770,03	16,27%	dezembro/2023	R\$ 62.034,70	14,22%
2024	dezembro/2024	R\$ 103.521,13	23,41%	dezembro/2024	R\$ 125.308,14	21,37%
2025	setembro/2025	R\$ 111.477,01	24,16%	setembro/2025	R\$ 135.526,03	22,39%
M	Média - UC 21642708	R\$ 86.680,72	30,87%	Média - UC 68079401	R\$ 105.103,18	30,71%
Média de Economia de 2021(dezembro) até 2025(setembro) das Duas Unidades Consumidoras - (21642708 e 68079401)			30,78%	Média de Economia Anual de 2021(dezembro) até 2025(setembro) das Duas Unidades Consumidoras - (21642708 e 68079401)		
Economia total de 2021(dezembro) até 2025(setembro) das Duas Unidades Consumidoras - (21642708 e 68079401)				R\$ 181.872,80		
				R\$ 868.884,61		

VAREJISTA COM PREÇO FIXO



Identificação do Consumidor

Empresa	PARANA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CNPJ/CPF	77799642000109
UC	21642708
UF	PR
Submercado	SUL
Vigência do contrato	N/A
Data para denúncia	-
Migração	CLIENTE LIVRE
Dias para denúncia	-

Dados de Consumo

Distribuidora	Copel - REH Nº 3.472, DE 17 DE JUNHO DE 2025
Consumo ponta (KWh)	7.479
Consumo fora ponta (KWh)	95.119
Demanda ponta (KW)	-
Demanda fora ponta (KW)	740
Enquadramento considerado	Verde
Energia a ser contratada (MWm)	0,147

Tributos relacionados

ICMS	19%
PIS	1,16%
COFINS	5,37%

Mercado Livre

Valores de energia INCENTIVADA 50%

Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	Ano 2030
R\$ 319,84	R\$ 285,02	R\$ 271,20	R\$ 251,69	R\$ 238,18

Economia prevista

Valores fatura Cativo VS Livre (valores mensais)

Bandeira	Modalidade	Ano 2026		Ano 2027		Ano 2028		Ano 2029		Ano 2030	
		Valor mês	Redução	Valor mês	Redução	Valor mês	Redução	Valor mês	Redução	Valor mês	Redução
Verde	Cativo	R\$ 82.790,21	10,29%	R\$ 82.790,21	15,84%	R\$ 82.790,21	17,96%	R\$ 82.790,21	20,93%	R\$ 82.790,21	22,98%
	Livre	R\$ 74.274,49		R\$ 69.678,84		R\$ 67.923,47		R\$ 65.465,94		R\$ 63.764,18	
Amarela	Cativo	R\$ 85.344,62	12,97%	R\$ 85.344,62	18,36%	R\$ 85.344,62	20,41%	R\$ 85.344,62	23,29%	R\$ 85.344,62	25,29%
	Livre	R\$ 74.274,49		R\$ 69.678,84		R\$ 67.923,47		R\$ 65.465,94		R\$ 63.764,18	
Vermelha patamar I	Cativo	R\$ 88.838,14	16,39%	R\$ 88.838,14	21,57%	R\$ 88.838,14	23,54%	R\$ 88.838,14	26,31%	R\$ 88.838,14	28,22%
	Livre	R\$ 74.274,49		R\$ 69.678,84		R\$ 67.923,47		R\$ 65.465,94		R\$ 63.764,18	
Vermelha patamar II	Cativo	R\$ 93.464,54	20,53%	R\$ 93.464,54	25,45%	R\$ 93.464,54	27,33%	R\$ 93.464,54	29,96%	R\$ 93.464,54	31,78%
	Livre	R\$ 74.274,49		R\$ 69.678,84		R\$ 67.923,47		R\$ 65.465,94		R\$ 63.764,18	

Economia Anual		Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	Ano 2030	Acumulado
Verde	Bandeira	R\$ 68.125,74	R\$ 157.336,43	R\$ 178.400,86	R\$ 207.891,25	R\$ 228.312,33	R\$ 840.066,61
		R\$ 88.561,05	R\$ 187.989,40	R\$ 209.053,82	R\$ 238.544,21	R\$ 258.965,29	R\$ 983.113,77
Amarela	Bandeira	R\$ 116.509,18	R\$ 229.911,59	R\$ 250.976,02	R\$ 280.466,41	R\$ 300.887,49	R\$ 1.178.750,69
		R\$ 153.520,40	R\$ 285.428,42	R\$ 306.492,84	R\$ 335.983,24	R\$ 356.404,31	R\$ 1.437.829,21

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

COMPARATIVO DE FATURAS ANO 1										
AMBIENTE CATIVO - Bandeira Tarifária Verde										
	Grandeza	Tarifa	Tarifa com tributos	Base de cálculo impostos	ICMS	PIS	COFINS	Total		
Demanda Ponta	KW	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Demanda Ponta isenta de ICMS	KW	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Demanda Fora Ponta	526 KW	R\$ 20,78000	R\$ 27,45	R\$ 14.428,17	R\$ 2.741,35	R\$ 135,57	R\$ 627,58	R\$ 14.428,17	R\$ 14.428,17	-
Demanda Fora Ponta isenta de ICMS	214 KW	R\$ 20,78000	R\$ 22,23	R\$ 4.764,67	R\$ -	R\$ 55,27	R\$ 255,86	R\$ 4.764,67	R\$ 4.764,67	-
TUSD Ponta	7.479 KWh	R\$ 1,21156	R\$ 1,60	R\$ 11.968,27	R\$ 2.273,97	R\$ 112,45	R\$ 520,58	R\$ 11.968,27	R\$ 11.968,27	-
TUSD Fora Ponta	95.119 KWh	R\$ 0,12091	R\$ 0,16	R\$ 15.190,44	R\$ 2.886,18	R\$ 142,73	R\$ 660,74	R\$ 15.190,44	R\$ 15.190,44	-
Ultrapassagem DP	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Ultrapassagem DFP	-	R\$ 41,56	R\$ 54,89	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Energia Ponta	7.479 KWh	R\$ 0,413690	R\$ 0,546409	R\$ 4.086,59	R\$ 776,45	R\$ 38,40	R\$ 177,75	R\$ 4.086,59	R\$ 4.086,59	-
Energia Fora Ponta	95.119 KWh	R\$ 0,257510	R\$ 0,340124	R\$ 32.352,08	R\$ 6.146,90	R\$ 303,98	R\$ 1.407,22	R\$ 32.352,08	R\$ 32.352,08	-
Demanda Reativa EXC	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Reativo Fora Ponta	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Reativo Ponta	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Injeção TE	-	R\$ 0,26	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Injeção TUSD	-	R\$ 0,12	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Bandeira Tarifária Verde	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Estorno Band. Tarif. - Energia inj.	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Total									R\$ 82.790,21	-

AMBIENTE LIVRE										
	Grandeza	Tarifa	Tarifa com tributos	Base de cálculo impostos	ICMS	PIS	COFINS	Total		
Demanda Ponta	KW	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Demanda Ponta isenta de ICMS	KW	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Demanda Fora Ponta	526 KW	R\$ 10,39	R\$ 13,72	R\$ 7.214,08	R\$ 1.370,68	R\$ 67,78	R\$ 313,79	R\$ 7.214,08	R\$ 7.214,08	-
Demanda Fora Ponta isenta de ICMS	214 KW	R\$ 10,39	R\$ 11,12	R\$ 2.382,33	R\$ -	R\$ 27,64	R\$ 127,93	R\$ 2.382,33	R\$ 2.382,33	-
TUSD Ponta	7.479 KWh	R\$ 0,67	R\$ 0,88	R\$ 6.581,33	R\$ 1.250,45	R\$ 61,84	R\$ 286,27	R\$ 6.581,33	R\$ 6.581,33	-
TUSD Fora Ponta	95.119 KWh	R\$ 0,12	R\$ 0,16	R\$ 15.190,44	R\$ 2.886,18	R\$ 142,73	R\$ 660,74	R\$ 15.190,44	R\$ 15.190,44	-
Ultrapassagem DP	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Ultrapassagem DFP	-	R\$ 41,56	R\$ 54,89	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Energia Ponta	7.479 KWh	R\$ 0,32	R\$ 0,395	R\$ 2.953,19	R\$ 561,11	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.953,19	R\$ 2.953,19	-
Energia Fora Ponta	95.119 KWh	R\$ 0,32	R\$ 0,39	R\$ 37.558,92	R\$ 7.136,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 37.558,92	R\$ 37.558,92	-
Demanda Reativa EXC	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Reativo Fora Ponta	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Reativo Ponta	0 KWh	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
ESS	102.598 KWh	R\$ 0,03	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
EER	102.598 KW	R\$ 0,01	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Contribuição CCCE	1.231 MWh	R\$ 0,22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Tarifa Covid	102.597,58	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
Escassez Hídrica	102.597,58	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
ICMS subvenção tarifária	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	2.394,19
Gestão Copel	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

Curitiba, 13 de fevereiro de 2026.

Andrea Mendes Motelevicz
Assessora Administrativa

Roberto Costa Curta
Diretor Administrativo

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo). Declaro que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara, ainda, que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

- Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Ademais, que presta a presente declaração sob as penalidades cabíveis, constantes em edital, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo de demais cominações que se verificar em aplicáveis à espécie.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.:Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO IV - MODELO CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº **004/2026**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme **Anexo I - Termo de Referência**, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

OBS: Indicar o CNPJ da filial que emitirá nota fiscal, caso a execução seja pela filial.

- a) Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará o Contrato, o (a) Sr (a). **(Nome completo)**, portador (a) da cédula de identidade RG nº **(número completo)**, inscrito (a) no CPF sob o nº **(número completo)**, residente e domiciliado (a) no **(endereço completo)**.
- b) Para contato comercial: Responsável/Representante Legal (nome completo): __, Telefone Fixo (DDD) nº: (__) ____, Telefone Celular (DDD) nº: (__) ____, e-mail: ____.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação. Declara, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, **preço unitário, anual e total**, de acordo com o **Anexo I - Termo de Referência** do Edital.

A proposta terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de abertura do certame.

Início	Fim	Quantidade MWm	Valor Unitário (R\$/MWh)	Valor anual
01/XX/2026	31/XX/2027	0,13		
Ano 2		0,13		
Ano 3		0,13		
Ano 4		0,13		
Ano 5		0,13		
TOTAL				

PROPOSTA: R\$(XXXXX) VALOR GLOBAL.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

PRAZO DE GARANTIA conforme Edital e Termo de Referência

PRAZO DE ENTREGA conforme Edital e Termo de Referência

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE (OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE RISCOS (LEITURA OBRIGATÓRIA):

Ao submeter esta proposta, a Licitante declara ter plena ciência das condições abaixo e confirma que seu preço foi formado considerando todos os custos e riscos associados:

1) DA OBRIGATORIEDADE DO DESCONTO ANUAL DECRESCENTE: A Licitante declara ciência de que a formação da Planilha de Custos Final obedecerá estritamente à regra de desconto anual, conforme Item 13.1 do Termo de Referência:

Aplicação do Desconto: O percentual de desconto obtido na disputa sobre o Valor Global Estimado será aplicado de forma anual e decrescente sobre todos os preços máximos unitários de cada ano (2026 a 2030) definidos no Edital.

2. DO PERFIL DE CONSUMO E CONSULTA AO HISTÓRICO (ÔNUS DO LICITANTE): A Licitante declara que cumpriu seu dever de diligência e consultou o histórico de consumo e as faturas de energia da ALEP disponíveis no Portal da Transparência (link constante no preâmbulo do Edital).

Assunção de Risco: Ao ofertar o preço, a Licitante assume que analisou o perfil de carga, a modulação e a sazonalidade da Contratante, não podendo alegar desconhecimento do padrão de consumo para pleitear alterações contratuais futuras.

3. DA FLEXIBILIDADE INTEGRAL (ALOCÇÃO PELA CARGA): O fornecimento ocorrerá na modalidade de "Alocação pela Carga", com flexibilidade de 100% (cem por cento) sobre o montante consumido.

Sem Take-or-Pay: A CONTRATANTE pagará apenas pela energia efetivamente medida, não havendo obrigação de consumo mínimo (take-or-pay) nem limite máximo vinculado à estimativa inicial.

Risco da Oscilação: A Licitante assume o risco da oscilação de consumo e a responsabilidade de garantir lastro para a totalidade da demanda verificada.

4. DA SAZONALIDADE E DISPENSA DE AVISO PRÉVIO: Dispensa-se a CONTRATANTE da obrigação de realizar sazonalização prévia. A sazonalidade contratual será considerada idêntica à curva de carga efetivamente verificada mês a mês, devendo o preço ofertado suportar essas variações.

5. DO PREÇO "FLAT" E ENCARGOS: O Preço Unitário (R\$/MWh) é final e omnicompreensivo ("Flat").

Faturamento no Relógio: O faturamento incidirá exclusivamente sobre a Medição na Unidade Consumidora.

A Licitante declara que o valor ofertado já contempla:

Custos e Despesas: A integralidade dos custos diretos e indiretos, despesas administrativas, operacionais, lucro (BDI), seguros, fretes e quaisquer outros ônus decorrentes da execução do objeto.

Tributos: Todos os impostos, taxas e tributos federais, estaduais e municipais incidentes (como PIS, COFINS, ISS, etc.), exceto o ICMS, que deve ser considerado como R\$ 0,00 (zero) na formação do preço, conforme regra do Edital.

Riscos Regulatórios: A absorção integral dos fatores de majoração de volume (gross-up), perdas da rede básica, perdas de distribuição e encargos setoriais (ESS, EER, PROINFA, entre outros etc.), sendo vedada a cobrança de qualquer rubrica adicional em fatura.

6. DO RETUSD (PARÂMETRO DE ISONOMIA): Foi considerado na composição desta proposta o valor fixo de R\$ 35,00/MWh para o RETUSD, conforme exigência editalícia.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[Identificação da Licitação] – timbre da empresa

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE]** (doravante denominado Licitante), para fins do disposto no item **[COMPLETAR]** do Edital **[IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL]**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela **[NOME DO LICITANTE]**, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **[IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO]**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **[IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO]**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **[IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO]** quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **[IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO]** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante de **[ÓRGÃO LICITANTE]** antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI VEDAÇÕES LEGAIS
DECORRENTES DO EXERCÍCIO DE CARGOS PÚBLICOS E
DE INEXISTÊNCIA DE GRAU DE PARENTESCO IMPEDITIVO**

Pelo presente documento, com a finalidade específica de habilitação para prestação de serviços/ aquisição de objeto, em favor da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), a **[PREENCHER DENOMINAÇÃO COMPLETA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS]**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua/Av XXXXXXXXXXXX, nº XXXXX na CidadeXXXXXXXX, estado do XXXXXX, neste ato representada na forma do seus atos sociais, por seu representante legal adiante assinado [*PREENCHER NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE/ADMINISTRADOR/SÓCIO*], portador do RG nº XXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXX, **DECLARA** que tem ciência de toda a legislação aplicável; que não possui vedações legais junto à Administração Pública direta ou indireta das esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal; bem como não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação disposto no Decreto Estadual nº 2.485/2019, sob as penas da lei que:

() **NÃO POSSUIR** relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade de atuação, ou ainda com ocupante de cargo de provimento em comissão ou em função de confiança, chefia ou assessoramento do mesmo órgão ou entidade do Poder Legislativo do Estado do Paraná e/ou se enquadra nas exceções contidas no artigo 4º do Decreto Estadual nº 2485/2019. Declara, ainda, não possuir em seu quadro social membros do Poder Legislativo Estadual na condição de sócio(s) administrador e/ou de administrador(es), bem como qualquer outra espécie de vínculo direto ou indireto de natureza societária ou associativa.

() **POSSUIR** relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade de atuação, ou ainda com ocupante de cargo de provimento em comissão ou em função de confiança, chefia ou assessoramento do mesmo órgão ou entidade do Poder Legislativo do Estado do Paraná e/ou se enquadra nas exceções contidas no artigo 4º do Decreto Estadual nº 2485/2019. Declara, ainda, não possuir em seu quadro social membros do Poder Legislativo Estadual na condição de sócio(s) administrador e/ou de administrador(es), bem como qualquer outra espécie de vínculo direto ou indireto de natureza societária ou associativa.

DADOS DO FAMILIAR/PARENTE				
NOME	PARENTESCO	ÓRGÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	CARGO

DECLARO ainda:

a) TER CIÊNCIA que é vedada a manutenção familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público, nas hipóteses elencadas no art.4º do Decreto n.º 2485/2019;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

b) TER CIÊNCIA da obrigatoriedade de informar sobre alterações na relação familiar ou de parentesco enquanto exercente de cargo em comissão ou função de confiança, que incidam nas vedações do referido Decreto;

c) SEREM verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

Fica a Assembleia Legislativa do Paraná autorizada a realizar diligências para verificar as declarações, documentos e informações apresentadas e a buscar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários para elucidar informações contidas nos documentos apresentados.

_____, ____ de _____ de _____.

****() PREENCHER DENOMINAÇÃO COMPLETA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS: **Razão Social, Nome do sócio-administrador ou Representante Legal**

OBS: DATAR E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Decreto n.º 2485, de 21 de agosto de 2019 (Publicado no [Diário Oficial nº. 10504](#) de 21 de Agosto de 2019)

Súmula: Dispõe sobre a vedação ao nepotismo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta.

Art. 1.º A vedação do nepotismo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta observará o disposto neste Decreto.

Art. 2.º Para os fins deste Decreto considera-se:

I - órgão:

a) as Unidades de assessoramento e apoio direto ao Governador;

b) as Secretarias de Estado;

c) os Órgãos de Regime Especial.

II - entidade: autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista; e

III - familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Para fins das vedações previstas neste Decreto, serão consideradas como incluídas no âmbito de cada órgão as autarquias e fundações a ele vinculadas.

Art. 3.º *No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade, ou ainda, familiar de ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de confiança, chefia ou assessoramento, para:*

I - cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

II - atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e

III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

§ 1.º Aplicam-se as vedações deste Decreto também quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da administração pública estadual.

§ 2.º *É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo de provimento em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade.*

Art. 4.º *Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:*

I - de servidores estaduais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados estaduais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 3.º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

Art. 5.º Cabe aos titulares dos órgãos e entidades da administração pública estadual exonerar ou dispensar agente público em situação de nepotismo, de que tenham conhecimento, ou requerer igual providência à autoridade encarregada de nomear, designar ou contratar, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Cabe à Controladoria-Geral do Estado notificar às autoridades competentes os casos de nepotismo de que tomar conhecimento, sem prejuízo da responsabilidade permanente delas de zelar pelo cumprimento deste Decreto, assim como de apurar situações irregulares, de que tenham conhecimento, nos órgãos e entidades correspondentes.

Art. 6.º Serão objeto de apuração específica os casos em que haja indícios de influência dos agentes públicos referidos no art. 3.º

I - na nomeação, designação ou contratação de familiares em hipóteses não previstas neste Decreto;

II - na contratação de familiares por empresa prestadora de serviço terceirizado ou entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública estadual.

Art. 7.º Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública estadual, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança. **Art. 8.º** Os casos omissos ou que suscitem dúvidas serão disciplinados e dirimidos pela Controladoria-Geral do Estado, ouvida a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e a Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 9.º Ficam revogados o Decreto n.º 26, de 05 de janeiro de 2015 e os [arts. 4.º a 14 do Decreto nº 426 de 04 de fevereiro de 2019](#).

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

Para efeito de informação objeto desta declaração, devem ser observados os seguintes tipos de relação familiar:

1) **Cônjuge ou companheiro (a)**

2) **Consanguíneos até o terceiro grau, inclusive**

LINHA RETA: ASCENDENTE: a) pais - 1º grau, b) avós - 2º grau, c) bisavós - 3º grau; **DESCENDENTE:** a) filhos - 1º grau, b) netos - 2º grau, c) bisnetos - 3º grau; **LINHA COLATERAL:** a) irmãos - 2º grau; b) tios e sobrinhos - 3º grau.

3) **Parentesco por afinidade**

LINHA RETA: ASCENDENTE: a) sogros (pais do(a) cônjuge ou companheiro(a) - 1º grau, b) padrasto ou madrastra - 1º grau; c) padrasto ou madrastra do(a) cônjuge ou companheiro(a) - 1º grau; d) avós do(a) cônjuge ou companheiro(a) - 2º grau; e) bisavós do(a) cônjuge ou companheiro(a) - 3º grau; **DESCENDENTE:** a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro(a) dos filhos) - 1º grau; b) enteados (filhos do(a) cônjuge ou companheiro(a)) - 1º grau; c) filhos dos enteados (netos do(a) cônjuge ou companheiro(a)) - 2º grau; d) netos dos enteados (bisnetos do(a) cônjuge ou companheiro(a)) - 3º grau. **LINHA COLATERAL:** a) cunhados - 2º grau; b) tios e sobrinhos do(a) cônjuge ou companheiro(a) - 3º grau.

A omissão poderá ensejar o crime de **FALSIDADE IDEOLÓGICA: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código penal Brasileiro. Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena- reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único – Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.**

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO VII – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROTOCOLO Nº. 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

**CONTRATO Nº XXX/2026, QUE CELEBRAM A
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
E (RAZÃO SOCIAL), NA FORMA ABAIXO:**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, estabelecida a Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº — Centro Cívico — Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente Senhor Alexandre Maranhão Khury, inscrito no CPF sob nº. 027.***.***-96, Primeiro Secretário Senhor Aldino Jorge Bueno, inscrito no CPF sob nº. 036.***.***-28, e seu Diretor Geral Senhor Wellington Otavio Dalmaz, inscrito no CPF sob o nº. 033.***.***-41, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____ Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua _____ na cidade, _____, Estado _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu diretor (ou representante legal), Senhor(a) _____, residente e domiciliado à Rua _____ nº _____ cidade _____ inscrito(a) na carteira de identidade sob o nº _____, e CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual 10.086 de 17 de janeiro de 2022, Ato da comissão executiva da ALEP nº 1826/2023, e respectivas alterações, bem como pelas condições estipuladas no Edital e seus anexos, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. 004/2026**, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista, contemplando fornecimento de energia proveniente de fontes incentivadas especiais (I5) (50%), bem como serviços especializados de gestão, para atendimento às unidades consumidoras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP.

1.2. O contrato abrangerá também o suporte técnico regulatório, gestão de faturas, relatórios de consumo, previsões de mercado e demais serviços correlatos indispensáveis ao fornecimento e à administração eficiente da energia adquirida.

1.3. DA MODALIDADE DE FORNECIMENTO, FLEXIBILIDADE E VEDAÇÃO DE EXCEDENTES:

O fornecimento às Unidades Consumidoras nº 59079401 e nº 21542708 será executado sob a modalidade técnica de "Alocação pela Carga" (ou Alocação pela Medição), regendo-se pelas seguintes disposições vinculantes:

1.3.1. **Caráter Referencial e Cálculo do Pagamento:** A estimativa de consumo de 0,13 MWh possui caráter meramente referencial e informativo. O pagamento mensal corresponderá estritamente ao produto entre o Preço Unitário (R\$/MWh) contratado e o consumo efetivamente medido (R\$ x MWh), assegurando-se flexibilidade integral (100%) sobre a demanda. Fica expressamente VEDADA a cobrança de qualquer adicional, sobrepreço, prêmio de risco ou penalidade na hipótese de o consumo efetivo ultrapassar a estimativa referencial.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1.3.2. Abrangência do Preço Unitário: O Preço Unitário contratado incidirá uniformemente sobre a totalidade da energia medida, independentemente se o volume for superior ou inferior à estimativa inicial. Não há limites mínimos (take-or-pay) ou máximos de fornecimento vinculados ao contrato, limitando-se a entrega exclusivamente pela capacidade física de conexão das referidas unidades junto à Distribuidora local.

1.4 A solução contratual adotada consiste na aquisição de energia elétrica para as duas UCs da ALEP, com fornecimento por comercializadora varejista autorizada pela ANEEL, contemplando:

- Aquisição de energia incentivada especial (mínimo 50%), com apresentação de Certificado de Energia Renovável (I-REC);
- Desconto de no mínimo 50% na TUSD e TUST;
- Flexibilidade de 100% (modulação flat - carga conforme consumo das unidades);
- Suporte regulatório, gestão de faturas, relatórios de consumo, previsões de mercado e demais serviços correlatos;

1.5. Aplica-se ao presente contrato os princípios da vinculação ao edital e à proposta, nos termos do artigo 92, II, da Lei nº 14.133/2021.

1.6 A CONTRATADA se compromete a realizar o fornecimento do objeto contratual previsto na presente cláusula, de acordo com a tabela a seguir exposta, extraída de sua proposta vencedora, obedecendo a uma redução anual, conforme a tabela de valores decrescentes, em atendimento ao item 13.1 do Termo de Referência:

Período	Quantidade MWM	Valor Unitário (R\$/MWh)	Valor anual
Ano 1	0,13		
Ano 2	0,13		
Ano 3	0,13		
Ano 4	0,13		
Ano 5	0,13		
TOTAL			

1.7 DA FUNGIBILIDADE DA FONTE GERADORA E DEVER DE INFORMAÇÃO:

a) É facultado à CONTRATADA a alteração da fonte geradora ou da usina de procedência da energia ao longo da execução contratual (fungibilidade do lastro), **independentemente da celebração de Termo Aditivo**, desde que seja rigorosamente preservada a obrigação de que, **no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** do montante total de energia entregue mensalmente seja proveniente de **Fonte Incentivada Especial (Código I5)** devidamente registrada na CCEE/ANEEL.

b) **Dever de Informação:** A alteração da fonte geradora deverá ser **comunicada formalmente e por escrito à Fiscalização do Contrato** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou no ato

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

de envio da fatura mensal, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação comprobatória de que o novo *mix* de fontes atende ao percentual mínimo exigido de energia incentivada (50%).

c) Manutenção dos Benefícios: A substituição da fonte não poderá, em nenhuma hipótese, acarretar prejuízo aos benefícios tarifários da CONTRATANTE, devendo ser assegurado o **desconto legal de 50% (cinquenta por cento)** nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) incidente sobre a parcela incentivada contratada.

d) Independentemente da fonte utilizada, a CONTRATADA permanece obrigada a entregar os **Certificados de Energia Renovável (I-REC)** correspondentes à totalidade da energia incentivada entregue e respectiva declaração de lastro correspondente.

e) Vedação ao Reequilíbrio por Troca de Fonte: A decisão de alterar a fonte geradora ou a usina de procedência constitui faculdade comercial exclusiva da CONTRATADA. Eventuais variações de custos de aquisição de energia, encargos de registro, logística ou preços de mercado decorrentes dessa alteração não ensejarão, em nenhuma hipótese, revisão do preço contratual ou pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, devendo ser integralmente absorvidas pela CONTRATADA.

1.8. DA DELIMITAÇÃO DE ESCOPO E INCLUSÃO DE NOVAS UNIDADES:

1.8.1. A execução contratual restringe-se, inicialmente, ao atendimento das Unidades Consumidoras listadas no item 1.3 (UCs nº 59079401 e nº 21542708), não havendo previsão de demanda imediata para inclusão de novas cargas.

1.8.2. Ressalva-se à CONTRATANTE a prerrogativa de, mediante justificativa fundamentada em fato superveniente (como a aquisição de novos imóveis, expansão de atividades ou migração de outras unidades para o ACL, se vantajoso), solicitar a inclusão de novas unidades consumidoras no escopo do fornecimento.

1.8.3. A eventual inclusão de novas unidades será formalizada mediante Termo Aditivo, condicionado à viabilidade técnica regulatória junto à CCEE e à estrita observância dos limites quantitativos previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.8.4. Da Preservação da Equação Financeira: A aditivação de novas unidades deverá preservar a intangibilidade do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, obrigando-se a CONTRATADA a estender às novas cargas as mesmas condições comerciais, margens e o percentual de Desconto originalmente adjudicados, vedada a aplicação de preços superiores ou condições menos vantajosas à Administração.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) meses, contados **a partir do início do suprimento (evento futuro e certo) – item 2.2.2 do presente instrumento**, com fundamento no art. 106, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, dada a natureza de serviço contínuo essencial.

2.1.1 O período compreendido entre a assinatura do contrato e a Data de Início do Suprimento denomina-se "Fase de Transição e Modelagem", não sendo computado no prazo de vigência principal de fornecimento nem gerando obrigação de pagamento de energia.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

2.1.1.1 O intervalo compreendido entre a assinatura do presente instrumento e o início do suprimento físico e financeiro não poderá exceder o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação das medidas contratuais cabíveis.

2.1.2. DA EFICÁCIA: A eficácia deste contrato fica condicionada à sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual deverá ocorrer no prazo legal, nos termos do art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021

2.2. DA SUCESSÃO DE AGENTES E MARCOS DE EXECUÇÃO: As partes reconhecem que a execução deste contrato sucede vínculo anterior no Ambiente de Contratação Livre, observando-se:

2.2.1. Fase de Modelagem e Transição (Sem Ônus): Imediatamente após a assinatura, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos trâmites de mapeamento e troca de representação na CCEE. Este período não gera obrigação de pagamento de energia, nem ônus, encargos, tarifas ou cobranças extras a cargo da contratante. O cumprimento destas atividades é condição indispensável para o início do suprimento.

2.2.2. Início do Suprimento (Faturamento): O fornecimento físico e o faturamento terão início às **00:00 horas do primeiro dia do mês civil imediatamente subsequente ao trâmite operacional e regulatório relativo ao mapeamento e troca de representação junto à CCEE, com consequente término da vigência do contrato anterior**, garantindo-se a linearidade do lastro.

2.2.3. Dever de Coordenação: Cabe à CONTRATADA diligenciar junto à antiga fornecedora e à CCEE para que a transferência da carga ocorra na virada do mês civil, isentando a CONTRATANTE de penalidades por falta de lastro decorrentes de falha nessa transição.

2.2.4 A Data de Início do Suprimento, apurada conforme a regra do item 2.2.2, será formalizada mediante a emissão de **Termo de Início de Suprimento (ou Ordem de Serviço)** pela Fiscalização, documento que marcará o início da contagem do prazo de 60 meses previsto no item 2.1.

2.3. DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA (DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA): Nos termos do art. 106, I, da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 405 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, a manutenção da vigência deste contrato plurianual fica condicionada à:

2.3.1. Existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e à comprovação da vantagem econômica para a sua manutenção, a serem atestadas pela Administração no início de cada exercício financeiro.

2.3.2. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, caso não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou entenda que o contrato deixou de ser vantajoso. A extinção por este motivo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

2.4 DA PRORROGAÇÃO: A prorrogação para além do prazo de 60 (sessenta) meses, previstos no item 2.1 do presente, é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada, atentando-se, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

f) formalização por meio de termo aditivo.

2.4.1. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, situando-se a questão em juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO E CADEIA DE SUPRIMENTO

4.1. É vedada a subcontratação da gestão, representação na CCEE ou administração do contrato.

4.2. Não se caracteriza como subcontratação, sendo lícita e inerente ao objeto, a aquisição de lastro de energia ou Cessão de Montantes provenientes de usinas geradoras ou outras comercializadoras (cadeia de suprimento), desde que a CONTRATADA mantenha a responsabilidade integral pela entrega e pela qualidade das fontes (15) perante a CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor ANUAL a ser pago à CONTRATADA, flexibilizada ao longo do ano por meio de faturas mensais, será o estabelecido no Item 1.6 deste Contrato.

5.3. O valor TOTAL do Contrato, correspondente ao período de **[XX meses/anos]**, é de **R\$ [valor total por extenso] (R\$ [valor total em números])**, de acordo com a Proposta Comercial apresentada, com base no modelo carta-proposta contido no anexo IV do edital.

5.3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, setoriais, regulatórios, incluindo ESS, EER e ERCAP e outros setoriais/regulatórios tais como CDE, TFSEE, CA Contribuição Associativa da CCEE, tributos - PIS/COFINS e outros de natureza estadual, federal e municipal, exceto ICMS – custos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, tarifas e quaisquer outros necessários, diretamente ou indiretamente, ao cumprimento integral do objeto da contratação, devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador.

5.3.2 No âmbito dos impostos previstos no item anterior, a CONTRATADA se compromete a faturar mensalmente o fornecimento de energia no mercado livre cobrando o valor de R\$ 0,00 a título de ICMS, por ser o consumidor o próprio Estado do Paraná, por meio de seu Poder Legislativo.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

5.3.3 Incluem-se no custo previsto no item 5.3 - e não serão objeto de pagamento adicional ou em separado - eventuais despesas com adequação, troca de equipamentos, obras de alvenaria ou qualquer outra solicitação para adequação da infraestrutura das cabines de medição das unidades consumidoras (UC), caso o CONTRATADO julgue necessário, devem estar inclusos no preço global ofertado, por sua conta e risco, já que cabia a ele, caso entendesse cabível, a realização de vistoria previamente ao oferecimento de sua proposta.

5.3.5. DA COMPOSIÇÃO INTEGRAL DO PREÇO (MODALIDADE "FLAT" E RISCOS): O Preço Unitário (R\$/MWh) ofertado é final, fixo e omnicompreensivo. A CONTRATADA declara que o valor estabelecido remunera integralmente todos os custos, despesas e riscos inerentes à execução do objeto, observando-se as seguintes regras de precificação:

a) Custos Diretos, Indiretos e Tributos: O preço inclui todos os custos operacionais, administrativos, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, lucro (BDI), fretes e quaisquer despesas diretas ou indiretas. Abrange também todos os tributos federais, estaduais e municipais incidentes (PIS, COFINS, taxas, etc.), **exceto o ICMS**, que deve ser faturado conforme a imunidade/isenção aplicável à CONTRATANTE (R\$ 0,00), vedada a inclusão de qualquer outra rubrica na fatura, devendo a respectiva incidência observar, obrigatoriamente, a legislação tributária vigente à época do fato gerador.

b) Modalidade "Flat" e Gross-up: O preço já contempla a absorção de todos os fatores de majoração de volume (*gross-up*) existentes entre a medição na unidade consumidora e a liquidação no Centro de Gravidade, incluindo Perdas da Rede Básica, Perdas na Rede de Distribuição e encargos setoriais (ESS, EER, PROINFA, etc.). O faturamento incidirá exclusivamente sobre a **Medição na Unidade Consumidora**, sendo vedada a cobrança de diferenças de volume.

c) Alocação pela Carga (Risco de Lastro): O fornecimento ocorrerá sob a modalidade de "Alocação pela Carga", transferindo-se à CONTRATADA a responsabilidade integral pelo lastreamento da demanda verificada, independentemente das estimativas iniciais.

d) Flexibilidade de 100% (Sem Take-or-Pay): Não haverá limites mínimos ou máximos de consumo vinculados à estimativa original. A CONTRATADA assume o risco da oscilação de consumo (flexibilidade total), sendo vedada a cobrança de *take-or-pay* ou qualquer penalidade por consumo inferior ou superior ao estimado.

e) Sazonalidade (Perfil de Carga): Dispensa-se a sazonalização prévia. O preço ofertado já suporta a variação sazonal do consumo da CONTRATANTE, sendo a sazonalidade contratual considerada idêntica à curva de carga efetivamente verificada mês a mês no relógio. O preço é uniforme para todos os meses do ano civil, independente das variações sazonais de consumo da CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA - Do Ressarcimento de Encargos de Transmissão e Distribuição (RETUSD)

6.1. Para fins de ressarcimento de valores, penalidades ou reajustes relacionados à eventual não aplicação ou redução do Desconto de TUSD/TUST na fatura da CONTRATANTE, conforme regulamentação vigente da ANEEL e Procedimentos de Comercialização da CCEE, o valor de referência do RETUSD a ser considerado será o valor usual de mercado.

6.2. O valor usual de mercado para o RETUSD no presente Contrato é fixado, para todos os efeitos, em R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por MWh, sendo este o valor unitário a ser aplicado em qualquer cálculo de ressarcimento ou penalidade que faça menção ao RETUSD.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

6.3. As Partes reconhecem que este valor (R\$ 35,00/MWh) está em consonância com as práticas usuais do Ambiente de Contratação Livre (ACL) na data de assinatura deste instrumento, não cabendo alegação posterior de desconhecimento ou divergência em relação a este preço.

6.4. **Mecânica de Ressarcimento por Perda de Desconto:** Caso a energia entregue não gere, na fatura da Distribuidora Local, o desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de TUSD/TUST devido a falhas de lastro, perda de habilitação da fonte geradora ou erro de registro na CCEE imputável à CONTRATADA:

6.4.1. A CONTRATADA deverá ressarcir à CONTRATANTE o valor correspondente ao prejuízo financeiro suportado.

6.4.2. O cálculo do ressarcimento utilizará o valor do RETUSD fixado no item 6.2 (R\$ 35,00/MWh), ou o valor do prejuízo efetivo comprovado na fatura de distribuição, prevalecendo o que for maior a favor da Administração.

6.5. Glosa Automática: Fica a CONTRATANTE autorizada a descontar (glosar) o valor do prejuízo referido no item 6.4 diretamente da fatura mensal de fornecimento de energia devida à CONTRATADA, mediante simples demonstrativo de cálculo no atesto da nota fiscal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

7.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.2 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

7.3 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

7.5 Não será admitido apostilamento com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

7.6 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo **não superior a 20 (vinte) dias corridos** contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do CONTRATADO em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do **Certificado de Regularidade Fiscal (CRF)**, emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – **GMS**, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o **FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8.3 O pedido de pagamento deverá ser endereçado à **Diretoria de Apoio Técnico**, por meio do e-mail **pagamentos.dat@assembleia.pr.leg.br.com**, a identificação do número da Ordem de Serviço, bem como, contendo os seguintes documentos:

- Nota Fiscal contendo em seu corpo o número da Nota de Empenho;
- Apresentação de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal, FGTS e CNDT, podendo, em sendo o caso, serem substituídas pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral do Sistema GMS do Governo do Estado do Paraná dentro do prazo de validade;

8.4 Nos casos de eventuais **atrasos de pagamento**, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

	$I =$	$I = 0,00016438$
$I = (TX)$	$\frac{(6/100)}{365}$	$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

8.5. DA MEDIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS (SCDE):

a) O faturamento será realizado com base na energia efetivamente consumida e medida, sob a modalidade técnica de "**Alocação pela Medição**" (conceito de mercado denominado "**Pagar pelo Relógio**"), apurada no intervalo do **Mês Civil integral** (do 1º ao último dia).

b) Fonte dos Dados: Para compatibilizar a data de leitura física da Distribuidora com o ciclo civil da CCEE, a CONTRATADA deverá utilizar os dados de medição consolidados no **SCDE (Sistema de Coleta de Dados de Energia)** da CCEE.

c) Descasamento de Faturas: A CONTRATANTE declara ciência de que a Fatura de Energia (fornecida pela CONTRATADA) terá ciclo de competência (dia 1º a 30) distinto da Fatura de Uso do Sistema (TUSD/Copel), não constituindo tal diferença motivo para recusa de pagamento, desde que os volumes faturados correspondam aos dados oficiais do SCDE para o período.

d) DA VEDAÇÃO DE COBRANÇAS SEGREGADAS NO FATURAMENTO: Fica expressamente **VEDADA** a inclusão, nas faturas mensais ou em documentos de cobrança apartados, de

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

quaisquer rubricas, parcelas, linhas de custo ou itens adicionais segregados do Preço Unitário (R\$/MWh) contratado.

e) O faturamento deverá ser apresentado de forma simplificada e unificada (**Quantidade Medida x Preço Unitário**), sendo rejeitada e devolvida para correção qualquer fatura que apresente o destaque de componentes de custo como perdas, encargos, tributos ou diferenças de mercado, os quais já compõem o preço final indivisível.

Parágrafo Único - Da Falha de Dados: Na eventualidade de indisponibilidade temporária dos dados no SCDE, o faturamento poderá ser realizado, excepcionalmente e mediante autorização da Fiscalização, com base em relatório de telemetria emitido diretamente pela Distribuidora local ou pela própria memória de massa do medidor, devendo eventuais diferenças ser compensadas na fatura do mês subsequente (ajuste de medição).

9. CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão no seguinte enquadramento orçamentário:

Órgão: 01 – Assembleia Legislativa do Paraná

Unidade: 01 – Assembleia Legislativa do Paraná

Atividade: 8000 – Gestão do Processo Legislativo

Natureza/Elemento: 3390.3943 – Serviços de Energia Elétrica

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2 Executar/entregar o objeto do contrato conforme especificações, prazos e condições, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações;

10.4 Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato nos termos do artigo 118 da Lei 14.133/2021 e suas alterações;

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor/fiscal do contrato ou autoridade superior;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

10.6. Atender às determinações regulamentares inerentes mercado livre de energia (ACL), conforme normas da ANEEL, CCEE e ONS.

10.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

10.9 Fornecer energia continuamente, seguindo as especificações do Termo de Referência, edital e proposta vencedora, o que será realizado diretamente nas unidades consumidoras da ALEP (UCs nº 59079401 e nº 21542708), conforme medição pela concessionária distribuidora local.

10.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

10.11 Reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido no Termo de Referência, quaisquer vícios ou falhas identificadas nos serviços prestados, de forma a assegurar o pleno atendimento ao objeto contratual. Além disso, deverá realizar manutenções corretivas, preventivas e evolutivas, conforme necessário, para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços.

10.12 Comunicar, por escrito, à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação à data prevista para a execução do serviço, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do cronograma estabelecido, devidamente justificados e comprovados.

10.13 Comunicar, por escrito, ao Contratante, quaisquer erros ou incoerências verificadas nas especificações, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza ou à sua não execução.

10.14 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

10.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.16 Arcar com todas as despesas com tributos federais, estaduais e municipais, fretes, seguros, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive aqueles referentes ao licenciamento ambiental, se houver, enquanto perdurar a vigência do compromisso, sem qualquer ônus adicional.

10.17 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da ALEP e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

10.18 CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante e posterior ao cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

10.19 Apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo às exigências no item anterior, quando solicitado pela contratante.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

10.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

10.21 Aumentar as quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, atendidos os critérios de flexibilidade, preços e demais condições fixadas no Termo de Referência.

10.22 Iniciar os serviços de gestão e representação junto à CCEE deverão imediatamente após o início da assinatura contratual.

10.23 O critério de aceitação será o **atendimento pleno das exigências técnicas e regulatórias**, bem como a regularidade do fornecimento e da representação.

10.24. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10.25. Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e financeira por quaisquer penalidades, multas ou custos decorrentes de exposição involuntária ao Mercado de Curto Prazo (MCP) ou penalidades por insuficiência de lastro aplicadas pela CCEE às Unidades Consumidoras da CONTRATANTE, decorrentes de falhas na representação, modelagem ou alocação de energia.

10.25.1. Caso a CCEE debite valores diretamente da CONTRATANTE por erros de gestão da varejista, a CONTRATADA deverá realizar o reembolso imediato ou terá os valores descontados da garantia contratual ou faturas vincendas.

10.26. Compete ao CONTRATANTE:

10.26.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.26.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.26.3 Permitir acesso dos empregados do Contratado em suas dependências para realizar os serviços, proporcionando todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições avençadas.

10.26.4 Fiscalizar, de acordo com sua conveniência e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.26.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.26.6 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

10.26.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados.

10.26.8 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

10.26.9 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber.

10.26.10 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.26.11 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

10.26.12 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.27. DA DESMOBILIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO: Ao término do contrato (por encerramento do prazo ou rescisão), a CONTRATADA obriga-se a realizar, sem ônus adicional, todos os procedimentos regulatórios necessários para a transferência da representação das Unidades Consumidoras para a nova varejista sucessora ou para a Distribuidora Local (retorno ao mercado regulado), sob pena de arcar com os custos de energia e encargos incorridos pela CONTRATANTE decorrentes de eventual retenção indevida da carga na CCEE.

10.27.1. DA OUTORGA DE PODERES (CLÁUSULA MANDATO DE SEGURANÇA): Para blindar a Administração contra riscos de aprisionamento regulatório, a CONTRATADA outorga à CONTRATANTE, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável nos termos do art. 684 do Código Civil, poderes especiais para representá-la perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) exclusivamente para fins de desligamento e transferência de representação.

10.27.2. HIPÓTESES RESTRITIVAS DE ACIONAMENTO: O exercício dos poderes conferidos no item anterior é excepcional e fica estritamente condicionado à ocorrência de situações que configurem a incapacidade ou a ausência da CONTRATADA ("quebra" ou "inércia"), limitando-se às seguintes hipóteses:

- a) Decretação de falência, liquidação extrajudicial ou insolvência civil da CONTRATADA;
- b) Desaparecimento dos representantes legais ou abandono do contrato, caracterizado pela ausência de resposta às notificações da Administração por prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas;
- c) Inércia injustificada em realizar a desmobilização voluntária na CCEE após o término ou rescisão do contrato.

10.27.3. Nestes casos específicos, a CONTRATANTE fica autorizada a apresentar este Contrato perante a CCEE como instrumento hábil de mandato para operacionalizar a troca de varejista à revelia da CONTRATADA, visando garantir a continuidade do serviço público.

10.28 CLÁUSULA DE GESTÃO DE RISCOS E MATRIZ DE ALOCAÇÃO

- a) As partes reconhecem que a alocação de riscos deste contrato segue a lógica definida no Estudo Técnico Preliminar e no Edital, cabendo à CONTRATADA a gestão integral dos riscos ordinários de mercado, regulatórios, hidrológicos (GSF) e de oscilação de preços no Mercado de Curto Prazo (PLD).

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

b). A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento do Mapa de Riscos constante nos autos do processo licitatório (se houver), comprometendo-se a adotar as medidas de tratamento e mitigação ali estabelecidas para assegurar a continuidade do fornecimento.

c). Eventuais riscos supervenientes ou extraordinários deverão ser imediatamente comunicados à Fiscalização para tratamento conjunto, nos termos do art. 17-B do Decreto Estadual nº 10.086/2022

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes, denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, se comprometem a realizar e adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativa aptas a garantir a proteção dos dados pessoais que terão acesso no cumprimento deste Contrato, conforme determinações previstas na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como dos regulamentos e procedimentos, normas e demais orientações normativas editadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores que tratam da proteção de dados pessoais;

11.2 No presente Contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do art. 5º, VI e VII, da Lei nº 13.709/2018.

11.3 As partes ficam obrigadas a indicar encarregado ou preposto para comunicação sobre os assuntos pertinentes à LGPD durante a execução deste Contrato, nos termos do §2º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018.

11.4 Para fins de definição considera-se a expressão:

a) TRATAMENTO como toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração,

b) DADO PESSOAL como toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

11.5 A CONTRATADA compromete-se a realizaras operações de tratamento de dados pessoais com estrita observância da boa-fé e dos demais princípios previstos no art. 6º da LGPD, apenas para as finalidades específicas e estritamente relacionadas com a execução do presente instrumento contratual e seus anexos;

11.6 A CONTRATADA guardará sigilo sobre os dados pessoais compartilhados, sendo-lhe vedado a qualquer tempo compartilhar desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE ou de forma incompatível com as finalidades previamente estabelecidas no contrato e na Lei.

11.7 Ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas na LGPD, as Partes somente realizarão o tratamento de dados pessoais mediante o fornecimento de consentimento expresso pelo titular.

11.8 Ao aceitar as condições do presente a CONTRATADA manifesta expresso consentimento quanto ao tratamento de Dados pela CONTRATANTE, estando referido consentimento se dado exclusivamente quanto à utilização dos Dados pessoais para atendimento das obrigações existentes em virtude da legislação vigente e dos termos deste contrato.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

11.9 A CONTRATADA não reterá quaisquer dados pessoais ou informações compartilhadas por período superior ao necessário para a execução do presente Contrato e/ou para o cumprimento das suas obrigações e conforme necessário ou permitido pela lei aplicável.

11.10 Encerrado o contrato, deverá a CONTRATADA eliminar imediatamente todos os dados tratados, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, inclusive quando houver necessidade de guarda de documentos para fins de comprovação dos cumprimentos legais e obrigacionais, e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

11.11 A CONTRATADA compromete-se a dar conhecimento formal aos seus acionistas/quotistas/sócios, conselheiros, administradores, diretores, empregados, colaboradores e prestadores de serviços, inclusive suas subcontratadas e prepostos, quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral das obrigações e condições estabelecidas neste Contrato, que tratam sobre tratamento e proteção de dados pessoais.

11.12 A CONTRATADA responderá, única e exclusivamente, por quaisquer danos causados à CONTRATANTE, titulares dos dados e a terceiros, decorrentes da violação à legislação de proteção de dados;

11.13 Não caberá responsabilização das Partes se comprovado que:

- a) não realizaram o tratamento de Dados Pessoais que lhes é atribuído;
- b) embora tenham realizado o tratamento de Dados Pessoais que lhes é atribuído, não houve violação a estas Cláusulas; ou
- c) o dano é decorrente de culpa exclusiva do Titular ou de terceiro não vinculado às Partes.

11.14 A CONTRATADA somente poderá subcontratar o tratamento de dados pessoais mediante prévia autorização escrita da CONTRATANTE.

11.15 A CONTRATADA responderá exclusivamente pelos atos da subcontratada, impondo-se a esta as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no contrato e na LGPD, em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do presente contrato.

11.16 As partes se comprometem a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas, para o devido cumprimento das obrigações legais e contratuais para o tratamento de dados previsto na LGPD, mantendo registro das operações de tratamento de dados pessoais, inclusive de suas subcontratadas ou prepostos, a fim de garantir a confidencialidade, integridade e segurança dos dados tratados.

11.17 A CONTRATADA, ao tomar conhecimento de incidente de segurança que envolva dados pessoais, ou acreditando que tais dados foram acessados indevidamente, expostos a situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do incidente, com as seguintes informações:

- a) a descrição da atividade de tratamento de dados, incluindo, sempre que possível, as categorias e número de titulares afetados;

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- b) as categorias e número de dados violados;
- c) as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção de dados;
- d) a identidade e os detalhes de contato do responsável pela proteção de dados ou do ponto de contato que poderá fornecer mais informações em relação à violação;
- e) a descrição das consequências da violação dos dados pessoais, tanto quanto razoavelmente possível, dadas as circunstâncias; e
- f) a descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

11.18 A CONTRATANTE poderá, mediante prévia comunicação, fiscalizar, inspecionar e auditar as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela CONTRATADA no cumprimento do contrato, conforme as obrigações legais previstas na LGPD para proteção de dados pessoais.

11.19 A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado previamente pela CONTRATANTE, fornecer todas as informações aptas a demonstrar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula de proteção de dados pessoais e asseguradas pela legislação vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. As especificações, prazos, quantitativos e condições de execução do objeto pela CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Será considerada infração administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa.

13.2 O fornecedor que cometer quaisquer das infrações mencionadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, observando as seguintes variações:

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

d) Multa de mora diária de 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

e) Multa compensatória no valor integral do prejuízo financeiro suportado pela Administração abrangendo tanto a exposição ao Mercado de Curto Prazo (PLD) quanto eventuais penalidades, multas ou encargos por insuficiência de lastro aplicados pela CCEE, decorrentes de falha, atraso ou omissão da Contratada nos procedimentos de migração ou gestão.

13.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e o seu cálculo deve ser justificado, conforme o disposto nos artigos 210 a 212, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.5 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

14.1.1 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.1.2 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, após análise técnica e jurídica da documentação apresentada.

14.1.3 A sucessora deverá comprovar estar devidamente habilitada e ativa como Agente Varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), garantindo a continuidade da representação das unidades consumidoras da CONTRATANTE sem interrupção;

14.1.4 Sejam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições do contrato original, sem prejuízo à execução do objeto pactuado;

14.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2. A extinção unilateral do Contrato, por motivo de inexecução culposa ou ato ilícito da Contratada, implicará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e de responsabilidade civil:

I. Retenção de Créditos: a Administração reterá os créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados e das multas aplicadas, conforme art. 139, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

II. Cláusula de Continuidade do Serviço: a Administração poderá assumir imediatamente a execução do objeto, ou, a seu critério, realizar contratação emergencial para garantir o suprimento contínuo de energia elétrica, podendo, ainda, alternativamente, promover a realização de contratação de remanescente na forma do art.90, §7º, da Lei nº 14.133/2021, ou, por fim, decidir pela migração ao Mercado Regulado de Energia (ACR).

III. Obrigações e Custos de Migração: a Contratada será responsável por todos os custos e encargos adicionais, inclusive multas ou despesas de migração, que a Administração incorra para

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

assegurar a continuidade do suprimento de energia no ACL ou o retorno ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), se for o caso, no período imediato à extinção.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não será fornecida pela CONTRATANTE nenhuma garantia de execução contratual e, da mesma forma, não será exigida da CONTRATADA medida semelhante.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - DO GESTOR E FISCAL

18.1 A gestão do contrato será exercida pela servidora Kelly Aparecida Selinger, matrícula nº 3024429, ou na sua ausência, pelo sua suplente, o servidor Rodrigo Augusto Evers Nascimento, matrícula nº 3024439, ambos da Diretoria de Apoio Técnico.

18.2 A fiscalização do objeto será exercida pelo servidor Albari Josebel Ferreira Padilha - Matrícula 3024663 que atuará como fiscal titular do contrato;

18.3 Como fiscal suplente fica designado o servidor Marcus Vinicius Schoenberger, - Matrícula 1041283.

18.4 O acompanhamento e o registro das atividades de fiscalização deverão ser realizados em sistemas oficiais da Administração, notadamente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, e no Contratos Gov.

18.5 O Contratos Gov deverá ser utilizado pelo fornecedor para o envio de toda a documentação necessária à fiscalização, bem como para a instrução dos processos de pagamento, em conformidade com a legislação vigente, garantindo maior transparência, padronização e rastreabilidade contratual.

18.6 A comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA se dará preferencialmente por meio eletrônico (e-mail) e, se necessário, também ocorrerá por telefone, sem prejuízo da realização de reuniões presenciais/online, a critério da CONTRATANTE.

18.7. ROTINA DE CONFERÊNCIA DO BENEFÍCIO TARIFÁRIO: Mensalmente, antes de atestar a Nota Fiscal da CONTRATADA, o Fiscal do Contrato deverá confrontar a fatura de energia (Mercado Livre) com a fatura de distribuição (Concessionária Local), verificando se o **desconto de**

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

50% na TUSD/TUST foi efetivamente aplicado. Constatada a ausência do desconto, deverá ser aplicado o mecanismo de retenção/glosa previsto na Cláusula 6.4 deste contrato.

18.8 Para cada período contratual, o custo total da Contratante no Ambiente de Contratação Livre adicionado os custos dos serviços previstos no contrato, não deverá exceder o custo total considerando a aplicação das tarifas vigentes do mercado regulado, considerando o conjunto de unidades consumidoras listadas no Termo de Referência, simuladas na condição de consumidores cativos, incluindo os efeitos das bandeiras tarifárias ou outros componentes ou encargos setoriais.

18.9 O parâmetro de que o custo total anula no ACL não deve superar o custo cativo simulado (incluindo bandeiras e encargos) tem natureza exclusivamente gerencial e de controle de economicidade, não implicando revisão automática dos preços unitários contratados (R\$/MWh) nem glosa de fatura. O faturamento seguirá, em todo caso, a energia efetivamente medida nas unidades consumidoras, observadas as deduções e os ajustes setoriais já precificados na proposta vencedora, nos termos do Edital e do Contrato. Caso a comparação anual indique perda de vantajosidade estrutural, a Administração adotará as medidas cabíveis de gestão contratual (negociação, revisão dentro das hipóteses legais, ou outras providências de governança), sempre com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022, sem prejuízo da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da segurança jurídica.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS RESPONSABILIDADES

19.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - SUSTENTABILIDADE

20.1. A contratação contemplar, obrigatoriamente, o fornecimento de 50% de energia incentivada de fontes renováveis. A CONTRATADA deverá entregar à Fiscalização, **até o dia 31 de março do ano subsequente** ao de consumo (ou periodicidade menor, se disponível), os Certificados de Energia Renovável (I-REC) nominais à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quitando a obrigação de rastreabilidade do ano anterior.

20.1.1 DA APRESENTAÇÃO NO ENCERRAMENTO CONTRATUAL: Excepcionalmente para o último ano de vigência do contrato, contemporaneamente à apresentação, liquidação e o pagamento da última fatura de fornecimento ficarão condicionados à apresentação dos Certificados I-REC referentes a todo o período contratual remanescente, ou, na impossibilidade técnica de emissão imediata pela certificadora, à apresentação do comprovante oficial de solicitação e aposentadoria dos títulos em nome da CONTRATANTE.

20.2. DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA REVERSA: Caso a execução do objeto envolva a substituição de equipamentos (medidores, transformadores, cabeamento) ou intervenções físicas nas instalações (obras civis de adequação):

20.2.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo gerenciamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos gerados, incluindo resíduos da construção civil (RCC) e resíduos eletroeletrônicos.

20.2.2. Fica obrigatória a aplicação da Logística Reversa para equipamentos substituídos, devendo a CONTRATADA comprovar o descarte ecológico ou a reciclagem dos materiais retirados das dependências da CONTRATANTE, vedado o descarte em lixo comum, em

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto Estadual nº 10.086/2022.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESERVA DE CARGOS E COTAS SOCIAIS

21.1. Em cumprimento ao disposto nos arts. 332 e 333 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, o cumprimento das cotas legais de reserva de cargos para: **a)** Pessoa com Deficiência (PCD) ou reabilitado da Previdência Social (art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91); **b)** Aprendiz (art. 429 da CLT).

21.2. A CONTRATADA deverá informar à Fiscalização eventual modificação do percentual de reserva em seu quadro de pessoal, para fins de acompanhamento. **21.3.** O descumprimento da manutenção dos percentuais legais durante a vigência contratual poderá ensejar a extinção do contrato, nos termos do art. 180, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem prejuízo das sanções cabíveis.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Uma vez firmado, o presente Contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Estado, Diário Eletrônico Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (DOA), dando-se cumprimento ao disposto no artigo 3º do Ato da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná nº 1.826/2023, assim como no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (<http://transparencia.assembleia.pr.leg.br/>), conforme dispõe a Lei Estadual nº 16.595/2010, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.

23.2. Fazem parte integrante e inseparável deste contrato e obrigam a CONTRATADA, em todos os seus termos, a proposta apresentada, aplicando-se as normas da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

23.3. O CONTRATANTE poderá exigir e a CONTRATADA se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão-de-obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

23.4. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

23.5. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações.

23.6. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (GMS)

24.1. A execução contratual será objeto de avaliação periódica por parte da CONTRATANTE, baseada em indicadores objetivos de qualidade, prazo e cumprimento de obrigações, conforme art. 321 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

24.2. As notas de avaliação serão registradas no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) e constarão do registro cadastral da CONTRATADA, podendo ser utilizadas para fins de desempate em futuras licitações ou como motivador para aplicação de sanções em caso de desempenho insatisfatório reiterado.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. Fica eleito o foro de Curitiba, Comarca da Capital do Estado do Paraná, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, § 1º, da Lei n.º 14.133/21.

E, por se acharem de acordo, os representantes legais assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba (PR), (data da assinatura eletrônica).

Deputado Alexandre Maranhão Khury
Presidente

Deputado Aldino Jorge Bueno
1º Secretário

Wellington Otavio Dalmaz
Diretor Geral

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sócio administrador (Representante Legal) –
CONTRATADA

Testemunhas:

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO PARANÁ

Diretoria de Apoio Técnico

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

**ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS e DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

Nome do representante legal



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO PARANÁ

Diretoria de Apoio Técnico

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO X – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Informo para os devidos fins que realizei a visita no local da prestação dos serviços e tomei conhecimento de todas as condições necessárias para a execução do objeto do edital de LICITAÇÃO na modalidade Pregão Eletrônico nº. **004/2026**.

Declaro que assumo total responsabilidade sobre eventual erro na elaboração da proposta.

Curitiba (PR) em, _____ de _____ de 2026.

Empresa

Fone / e-mail

Nome legível e assinatura do engenheiro responsável/responsável técnico qualificado da licitante

C.P.F. n.º _____

Responsável pelo acompanhamento da visita

Obs. Preencher e imprimir 02 (duas) vias.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO PARANÁ

Diretoria de Apoio Técnico

PROTOCOLO Nº 07147-98.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE]** (doravante denominado Licitante), para fins do disposto no Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº **004/2026**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que não realizei a visita no local da prestação dos serviços, e declaro que assumo total responsabilidade sobre eventual erro na elaboração da proposta, principalmente decorrente da não realização da visita técnica.

(Deverá ser preenchida pelos licitantes que não realizarem a visita técnica)

_____, _____ de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA
LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)